



Die
Bundesregierung

Moldar a globalização – Ampliar parcerias – Compartilhar responsabilidades A Estratégia do Governo Federal



Imagens da capa:

À esquerda, em cima: Portão de Brandemburgo em Berlim, Alemanha

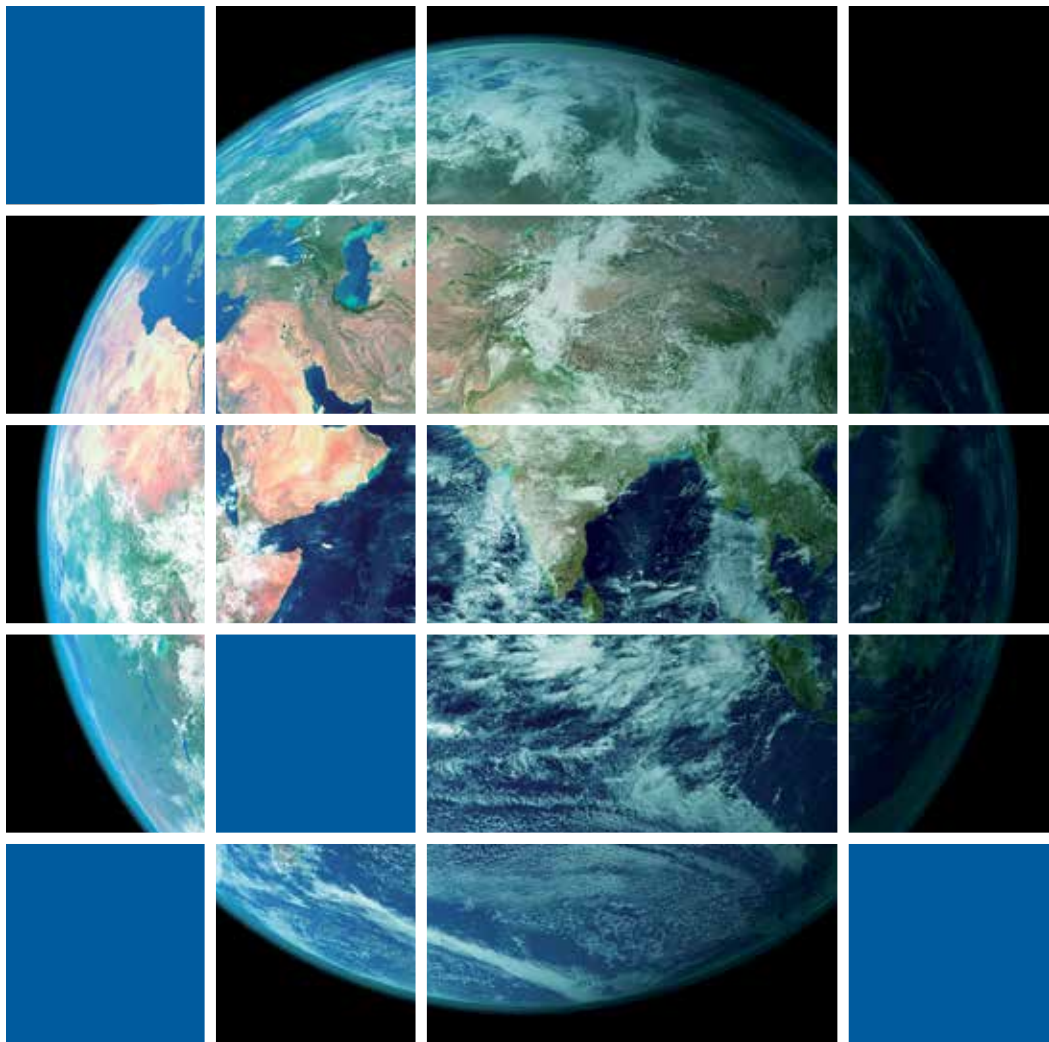
À direita, em cima: Usina eólica em Los Vilos, Chile

Centro: Funcionária de uma empresa farmacêutica em Bangalore, Índia

À esquerda, em baixo: Jardim de infância em Mamelodi, África do Sul (com apoio financeiro a projeto de pequeno porte da Embaixada da Alemanha em Pretória)

À direita, em baixo: Prédio das Nações Unidas em Nova York, EUA

I. A Alemanha num mundo multipolar. Parcerias com as novas potências	5
1. Construção do mundo multipolar em parceria	5
2. A Alemanha: parceiro na arquitetura da globalização	6
3. A Estratégia “Moldar a globalização”	8
II. A governança global da Alemanha em parceria com as novas potências	9
1. Níveis de cooperação com as novas potências da globalização	9
A Alemanha atua com e através da Europa	9
Cooperação internacional e governança global	11
Laços nas áreas da cultura, ciência, educação e formação	15
2. Áreas políticas de cooperação com as novas potências da globalização	21
Paz e segurança	21
Direitos humanos e Estado de Direito	27
Economia e finanças	29
Recursos, alimentos e energia	39
Trabalho, saúde e assuntos sociais	45
Desenvolvimento e sustentabilidade	49
III. Consultas do Governo Federal	54
IV. Política de contatos com os nossos parceiros	55
V. Panorama futuro	59
 Glossário	 60



I. A Alemanha num mundo multipolar. Parcerias com as novas potências

1. Construção do mundo multipolar em parceria

A ordem mundial está se tornando cada vez mais **multipolar**. Países influentes, que durante muito tempo eram considerados países em desenvolvimento ou emergentes, estão **moldando a política internacional** num **mundo interdependente**. São motores da economia que influenciam consideravelmente a cooperação nas suas respectivas regiões e também em outras regiões do mundo. Estão assumindo um papel cada vez mais importante nos processos decisórios internacionais. Com autoconfiança, estão encontrando o seu lugar nas relações internacionais e assumindo cada vez mais responsabilidade em questões globais. Vemos neles **mais do que meros países emergentes**. Eles são “as **novas potências modeladoras da globalização**”.

A estratégia “**Moldar a globalização**” dirige-se a países com os quais a Alemanha ainda não está cooperando no âmbito da União Europeia

(UE), do G8 ou da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e que

- apresentam, numa comparação regional ou internacional, um poder econômico importante ou uma taxa de crescimento econômico alta,
- têm demonstrado um grande interesse de participação ativa em diferentes áreas políticas e,
- além disso, assumirão, a médio ou longo prazo, uma importância fundamental para a construção de processos regionais e da governança internacional e/ou global devido ao seu papel influente ou às suas estruturas internas.

Tais países destacam-se pela sua capacidade e vontade de assumir um papel ativo em contextos regionais e internacionais. Influenciam estruturas, decisões e, portanto, desenvolvimentos futuros no sentido das suas próprias conveniências – por exemplo, ao convencer parceiros das suas posições e influenciar agendas internacionais.

Encorajamos expressamente as novas potências da globalização a fazerem uso do seu

novo papel propulsor e, com isso, a assumirem responsabilidades a nível internacional. Queremos **fomentar a cooperação construtiva** e diminuir políticas de bloqueio.

Nos tempos da crescente interdependência internacional marcada pela globalização progressiva e pelos desafios globais, as novas potências estão se transformando em novos parceiros com quem queremos, junto com os nossos parceiros tradicionais, desenvolver políticas inovadoras para solucionar questões globais e criar alianças para a sua implementação. Através dessas parcerias, queremos manter e ampliar a extensão, o alcance e o impacto da nossa força propulsora conjunta e global num mundo multipolar.

A estratégia aqui apresentada é uma **proposta de diálogo e cooperação do Governo Federal** dirigida às novas potências da globalização de estabelecer parcerias, em pé de igualdade, com o intuito de assegurar um processo de globalização justo e encontrar soluções para desafios globais. Tal proposta às novas potências está em **concordância com os pilares da política externa e de segurança da Alemanha e sua ancoragem multilateral**, sobretudo nas Nações Unidas (ONU), na UE, na OTAN e na Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE). Queremos aprofundar os

laços estreitos e baseados na confiança que nos unem aos nossos parceiros europeus e transatlânticos. É com base nesse fundamento que queremos criar as novas parcerias.

2. A Alemanha: parceiro na arquitetura da globalização

Liberdade e direitos humanos, democracia e Estado de Direito, paz e segurança, prosperidade e desenvolvimento sustentável, relações bilaterais duráveis e um **multilateralismo eficaz** são os princípios norteadores para a definição das nossas metas.

O **Governo Federal** é um **parceiro confiável** para o desenvolvimento de soluções de problemas atuais e futuros. A Alemanha também goza de reputação internacional pela qualidade dos seus produtos e pelas inovações tecnológicas. Porém, a globalização da economia precisa vir acompanhada de discussões engajadas sobre valores e metas. Neste diálogo em torno de valores globais, a Alemanha pode contribuir com o seu **sistema democrático**, sua **economia social de mercado** e seu empenho internacional em prol do respeito e do fortalecimento dos **direitos humanos** válidos universalmente, inalienáveis e indivisíveis e da **igualdade entre homens e mulheres**. Enquanto **motor da integração europeia**, a **Alemanha** exerce

um papel fundamental na construção da UE. Muitas experiências valiosas que a Alemanha e a Europa têm adquirido, entre outros no processo da integração europeia, podem ajudar na criação de um marco regulatório unificado ou comum para a globalização.

Enquanto **membro da UE, participante ativo da articulação da Política Externa e de Segurança Comum** europeia (PESC-UE) e **membro da Aliança do Atlântico Norte**, a Alemanha tem se consolidado como parceiro e aliado confiável que assume responsabilidade no mundo. Tanto nessas entidades quanto nas Nações Unidas, na OSCE e em outras organizações, a Alemanha empenha seus esforços na manutenção da paz, na prevenção de ameaças globais, na promoção da democracia e dos direitos humanos, no desenvolvimento sustentável e na segurança cooperativa.

A Alemanha quer convencer pela qualidade dos seus valores e interesses. Neste contexto, podemos basear-nos em valores compartilhados com nossos parceiros durante muitos anos. Além disso, procuramos, fomentamos e exploramos convergências de valores e interesses em relação a áreas políticas individuais e temáticas e à política estrutural global e regional.

O **Governo Federal quer cooperar com parceiros** com o intuito de moldar o mundo globalizado, interdependente e multipolar, exercendo uma **governança baseada em regras e de orientação multilateral e global** através de **instituições internacionais legítimas e eficazes**. Juntamente com nossos parceiros, queremos fornecer e proteger **bens públicos globais**. Como já é realidade na União Europeia, almejamos, em concordância com o princípio da subsidiariedade, uma **governança baseada em regras em vários níveis**. Continuaremos fomentando o intercâmbio de



Chanceler Federal Angela Merkel no lançamento do Ano Internacional da Biodiversidade em Berlim

experiências, a coordenação e a cooperação com organizações regionais. Regras e parcerias globais, regionais, nacionais e locais deverão estar devidamente articuladas.

3. A Estratégia “Moldar a globalização”

A Estratégia primeiramente elucidada em **quais níveis** o Governo Federal pretende cooperar com as novas potências da globalização.

A seguir é explicado **quais metas** deverão ser alcançadas a curto e médio prazo, e, finalmente, **quais medidas** deverão ser tomadas para tanto. Esta Estratégia não poderá retratar as relações da Alemanha com as novas potências da globalização em toda a sua diversidade. Devido às diferenças inerentes aos desafios, também não poderá propor soluções universalmente válidas. Porém, pretende oferecer uma **visão de conjunto da política do Governo Federal** e, **ao mesmo tempo**, **criar espaços para elaborar respostas individuais** que contemplem as respectivas especificidades, necessidades e possibilidades de cada parceiro. O alinhamento da Política Externa e de Segurança Comum da Alemanha com a ONU, OSCE, OTAN e UE é o princípio norteador para qualquer atuação do país.

Devido aos novos desafios impostos pela globalização, às interdependências e à

imbricação entre as diferentes áreas políticas, torna-se cada vez mais necessário articular melhor os diferentes campos políticos e enxergá-los no seu conjunto.

As **metas do Governo Federal e áreas operacionais** para a cooperação com as novas potências da globalização serão apresentadas nesta Estratégia subdivididas nas seguintes **seis grandes áreas**:

- Paz e segurança
- Direitos humanos e Estado de Direito
- Economia e finanças
- Recursos, alimentação e energia
- Trabalho, saúde e assuntos sociais
- Desenvolvimento e sustentabilidade

É nestas seis áreas, que estão interligadas e podem se influenciar mutuamente, que o Governo Federal pretende promover uma governança multilateral global baseada em regras. A governança global tornou-se uma área crucial da política externa e de segurança e da diplomacia de uma forma geral.

Esta Estratégia delinea os **mecanismos novos** adotados pelo Governo Federal para concentrar seus esforços, enfrentar os desafios complexos da globalização num mundo multipolar, negociar as metas em cada

uma dessas grandes áreas e implementá-las de maneira coerente.

No final serão apresentados, a título de exemplo, alguns formatos de diálogo e cooperação importantes da nossa **política de contatos** com as novas potências da globalização.

Esta Estratégia sobre a construção da globalização complementa as políticas e estratégias do Governo Federal, por exemplo, aquelas referentes à América Latina e ao Caribe, à África ou à ciência e pesquisa. É o alicerce para a elaboração estratégica da cooperação com as novas potências da globalização em todas as pastas federais, contribuindo assim para a coerência da atuação do Governo Federal.

II. A governança global da Alemanha em parceria com as novas potências

1. Níveis de cooperação com as novas potências da globalização

Alemanha atua com e através da Europa

A Alemanha contribui com a política europeia propondo ideias e soluções sobre questões globais de maneira ativa e coerente. Em muitos fóruns internacionais, defendemos posições europeias e interagimos com as novas

potências da globalização, lado a lado com a UE e com o Conselho da Europa. Nossos parceiros nos veem tanto como Estado nacional quanto como parte integrante da comunidade europeia. Portanto, as **relações externas alemãs e europeias com as novas potências da globalização** estão **estritamente** ligadas em termos de **conteúdo** e de **aplicação prática**. Queremos **promover** nossos **valores, interesses e posições** tanto como país Alemanha quanto como membro da União Europeia.

Aproveitamos e aprofundamos as possibilidades da UE de exercer influência no cenário internacional. As inovações institucionais decorrentes do Tratado de Lisboa, como a criação do cargo de Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança e do Serviço Europeu para a Ação Externa, constituem instrumentos importantes nesse sentido.

Por tal motivo, o Governo Federal **integrou conscientemente a dimensão da UE** na sua Estratégia, criando sinergias com políticas, estratégias e parcerias europeias. O Governo Federal quer **continuar desenvolvendo as parcerias estratégicas da UE**, entre outros, com a China, a Índia, o Brasil, o México e a África do Sul, como instrumentos prometedores para a **cooperação com as novas potências da**



globalização. A melhor maneira de fazermos valer os nossos interesses e valores europeus no processo de construção de uma ordem global futura é falarmos com uma voz, atuarmos em parceria e apostarmos no poder de irradiação e na atratividade da Europa. As parcerias da UE com países influentes têm importância fundamental para o futuro da Europa.

Cooperação internacional e governança global

O Governo Federal visa a uma governança global estreitamente articulada com uma [cooperação ordenada entre agremiações internacionais](#) e atua a favor de instituições internacionais eficazes. Apoia as [contribuições importantes prestadas por organizações regionais](#) para a cooperação regional e internacional. Queremos abordar os temas da globalização, junto com os nossos parceiros, numa [cooperação multilateral](#). As articulações multilaterais serão complementadas por contatos bilaterais intensos e focalizados e pela cooperação com organizações regionais. É só assim que poderemos continuar moldando a globalização juntos.

A Alemanha quer incentivar, junto com os seus parceiros tradicionais e as novas potências da globalização, o [multilateralismo](#)

[eficaz em fóruns internacionais e no âmbito da governança global](#). Gostaríamos de promover tais iniciativas junto às novas potências da globalização.

As Nações Unidas (ONU)

A ONU é a única instituição internacional que goza de legitimidade política universal devido à quantidade de membros afiliados. A filiação da Alemanha à [ONU](#) é e continuará sendo o [ponto de referência central e universal](#) para a nossa [diplomacia multilateral](#). Os esforços no sentido de uma globalização cooperativa com e através da ONU formam o cerne da política externa alemã. O Governo Federal continuará prestando apoio político e financeiro à ONU. Ao ocupar um assento não-permanente no [Conselho de Segurança das Nações Unidas](#) no biênio 2011/2012, a Alemanha conseguiu demonstrar a sua responsabilidade no processo de manutenção da paz e da segurança internacionais dentro das estruturas da ONU. A Alemanha quer ser um parceiro aberto e acessível para todos os estados-membros da ONU, seja em Berlim, na sede da ONU em Nova York, nas agências especializadas das Nações Unidas ou nas respectivas capitais dos países parceiros. As Nações Unidas precisam fazer jus às realidades dessa nova era. Queremos estimular, junto com parceiros importantes, o debate

sobre possíveis [ajustes no sistema da ONU](#). Também queremos aproveitar as possibilidades de reformas para assegurar, por exemplo, uma representação adequada da Ásia, da África e da América Latina no Conselho de Segurança. Mas aqueles países que, assim como a Alemanha, prestam as maiores contribuições à ONU, também precisam estar devidamente representados. O Conselho de Segurança precisa continuar sendo a pedra angular das estruturas internacionais de manutenção da paz. Envidaremos todos os esforços para não comprometer tal papel do CS. Entretanto, consideramos necessário reformar o Conselho de Segurança para que venha a contemplar a correlação de forças políticas na nova ordem mundial.

Grupos “G” e cooperações internacionais

O Governo Federal estimula a cooperação internacional em vários fóruns multilaterais além das Nações Unidas. Os [grupos “G”](#) ([G7/G8](#), [G20](#)) representam um complemento importante das estruturas consolidadas como a ONU. Em 2007, a Alemanha, no seu papel de presidente do G8, lançou o processo do G8+5 (países do G8 mais China, Índia, Brasil, México e África do Sul) na Cúpula de Heiligendamm para dar início à cooperação estreita com algumas das novas potências da globalização. A Alemanha foi e continua sendo uma força motriz no processo de maior inclusão das novas potências na [governança global](#). Por exemplo, foi baseado numa iniciativa alemã que o G20 foi criado em 1999 como fórum dos



Cúpula do G20 em Cannes, França

ministros da fazenda e dos presidentes dos bancos centrais, em resposta à crise asiática dos anos noventa. É uma grande satisfação para o Governo Federal ver que o G20 agora está estabelecido como **fórum central para a cooperação internacional em matéria econômica e financeira global**.

O Governo Federal empenha esforços para que o G20 ainda possa assumir outras tarefas para enfrentar os desafios globais. O G20 já trata de assuntos como desenvolvimento sustentável, proteção do clima e da biodiversidade e a situação mundial dos mercados de produtos alimentícios. A Alemanha vê com bons olhos as iniciativas internacionais que possibilitam uma melhor coordenação e a elaboração de soluções baseadas em regras em áreas temáticas específicas. Para tanto, fomentamos um **intercâmbio ativo entre os fóruns**, como entre a ONU e o G20. Estimulamos o diálogo entre os países do G20 e outras agremiações, como o grupo 3G (Grupo de Governança Global) e seus membros Cingapura, Chile, Malásia, Emirados Árabes Unidos, Vietnã e Catar.

A **Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico** (OCDE) é um fórum de diálogo e de padronização em matéria relacionada à economia mundial e oferece várias

propostas de solução e “boas práticas” em áreas políticas específicas. Desta maneira, presta uma contribuição fundamental para criar condições de concorrência equitativas nos mercados internacionais (“level playing field”). As Linhas Diretrizes para Empresas Multinacionais da OCDE são de especial importância, pois fornecem recomendações voluntárias de princípios de conduta para empresas multinacionais que já foram adotadas por vários países não-membros da OCDE. A Alemanha apoia a cooperação entre a OCDE e os grupos G e também o intercâmbio e a coordenação entre as organizações internacionais. A **OTAN** continuará sendo a principal âncora da nossa política de segurança comum no futuro. Com o novo conceito estratégico aprovado na Cúpula de Lisboa em 2010, a OTAN sublinhou claramente a sua capacidade de ação – também enquanto ator da globalização – num contexto de segurança cada vez mais complexo e em constante transformação. O “Berlin Partnership Package” aprovado em abril de 2011 definiu os parâmetros para ampliar os laços da OTAN com os seus parceiros. No nosso entender, a integração de parceiros regionais é uma chave indispensável para o sucesso. Uma cooperação reforçada e consolidada com as novas potências da globalização apresenta um grande potencial de fortalecimento da estabilidade no cenário

Copa do Mundo de Futebol Feminino:
Alemanha contra Argentina
em Xangai, China



internacional. Nesse contexto, a OTAN está disposta a assumir a função de promotor de parcerias e facilitador da comunicação.

A **Organização para a Segurança e Cooperação na Europa** (OSCE) parte de uma concepção ampla de segurança e assume um papel importante como fórum de consultas, cooperação e negociação. Sua base é composta por uma série de princípios e compromissos conjuntos na área da política de segurança, economia e ecologia e na dimensão humana. Tais compromissos vinculativos em termos políticos são o fundamento legítimo para nortear a cooperação entre os estados-membros da OSCE e ponto de referência para uma possível cooperação com as novas potências da globalização dentro e fora da região da OSCE.

Sociedade civil e atores não-governamentais

Hoje em dia, as relações internacionais **já não são mais meras relações “intergovernamentais”**. Os atores do cenário político, sobretudo no contexto da política externa, já não são somente os Estados e suas agremiações, mas também outras entidades políticas e sociais que operam dentro dos Estados ou paralelamente a eles. Por tal motivo, a Alemanha não limitará sua cooperação com as novas potências da globalização aos contatos governa-

mentais, mas envidará esforços para explorar o **potencial inovador e a influência da sociedade civil** em prol da cooperação com os nossos parceiros.

Laços nas áreas da cultura, ciência, educação e formação

Culturas e sociedades civis na globalização

Os valores culturais são constitutivos para uma sociedade. No entender da Alemanha e da Europa, as diferenças entre as culturas são uma manifestação da **diversidade cultural**. Por tal motivo, querem estimular o intercâmbio cultural e o aprendizado de línguas estrangeiras e de competências interculturais. Através das **propostas de diálogo da Política Cultural e Educacional Externa**, a Alemanha contribui para o fortalecimento das sociedades civis em diferentes países e para o intercâmbio entre elas. A longo prazo, só poderemos viver em paz e liberdade se o diálogo entre as culturas tiver êxito. O Governo Federal também é um defensor dessa causa dentro da Alemanha.

Sociedades civis bem desenvolvidas são o fundamento para sistemas políticos estáveis e bem-sucedidos. Neste contexto, o engajamento cívico é um pilar essencial para

qualquer sociedade liberal, democrática, social e orgânica. A Alemanha promove o diálogo entre alianças de sociedades civis e instituições estatais. O **intercâmbio entre as sociedades** é uma condição fundamental para boas relações intergovernamentais. O Governo Federal quer contribuir para um **intercâmbio mais intenso e mais amplo entre as culturas e as sociedades civis** num mundo globalizado.

Fortalecimento e intercâmbio das sociedades civis

A Alemanha e a Europa apoiam movimentos da sociedade civil que se empenham por democracia, desenvolvimento, direitos humanos, liberdades políticas fundamentais, igualdade de gêneros e chances justas para homens e mulheres. Como medidas de apoio a essas causas, o Governo Federal criou **parcerias de transformação** com diferentes países. No Egito, por exemplo, mantém cooperações com ONGs que promovem, entre outros, a criação de partidos políticos, o desenvolvimento da economia de mercado e o respeito dos direitos humanos.

O Governo Federal apoia sociedades civis através do fomento de meios de comunicação livres e de novas mídias e busca o intercâmbio com os ativistas nos países das novas potências da globalização. O Governo Federal incentiva debates públicos através do financiamento de projetos realizados por fundações políticas, igrejas e outros atores da sociedade civil. Patrocina medidas que visam à implementação dos direitos humanos, à promoção da democracia e à redução da pobreza. Além disso, apoia **iniciativas de promoção da responsabilidade social**, tal como a iniciativa “Global Compact” das Nações Unidas ou a responsabilidade social das empresas. Além

disso, os estados-membros da UE e os países ASEM (Asia-Europe Meetings), como Indonésia, Malásia, Cingapura, Vietnã, China e Índia, oferecem um espaço para o intercâmbio entre sociedades civis sob a égide da Fundação Ásia-Europa (ASEF). Ao realizar eventos como [Semanas ou Anos da Alemanha](#) em diferentes países, como China, Vietnã, Índia, Brasil, África do Sul, México, Argentina, Chile e Colômbia, contribuímos para o estabelecimento de redes de contatos e o intercâmbio intercultural com as novas potências da globalização. Também queremos incentivar nossos parceiros a apresentarem seus países em toda sua variedade na Alemanha e na Europa. As novas potências da globalização, por exemplo, podem apresentar seus países no âmbito dos [Anos temáticos na Alemanha](#), como o Ano do Vietnã (2010), o Ano da Índia (2012) e o Ano da China na Alemanha (2011/2012).

[Redes internacionais nas áreas de educação, ciência e pesquisa](#)

O Governo Federal quer [continuar aprimorando](#) o conhecimento recíproco das sociedades. Queremos aprender uns com os outros, aprender sobre os outros e desenvolver pesquisas conjuntamente. [Educação e formação, ciência e pesquisa](#) são áreas fundamentais para a cooperação com pessoas nos países das novas potências da globalização ou

com pessoas oriundas de tais países. Os programas culturais oferecidos pelos Institutos Goethe, as escolas alemãs e escolas parceiras no exterior e os programas de bolsas e visitas do Governo Federal incentivam o intercâmbio de ideias e de conhecimentos. Tais ofertas também possibilitam o aprendizado da língua alemã fora da Alemanha. O Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico (DAAD) e a Fundação Alexander von Humboldt promovem jovens talentos e pesquisadores de vários países. Também ajudam a estabelecer laços culturais, por exemplo, através dos programas de ex-alunos que dão origem a redes de contato estruturadas e duradouras. Queremos continuar fomentando tais [redes de contatos](#) a fim de permitir o intercâmbio sustentável das sociedades do conhecimento e das sociedades civis e fornecer subsídios para iniciativas de cooperação entre parceiros.

Tanto a Alemanha quanto as novas potências da globalização consideram que as [ofertas na área da educação](#) são fundamentais para os jovens e para o desenvolvimento da sociedade. Os nossos programas de fomento de educação estão baseados numa abordagem holística que prevê a interação com a economia e contempla a cooperação para o desenvolvimento. Nossos parceiros, por exemplo, têm demonstrado grande interesse pelo sistema dual de



O pavilhão da Alemanha na EXPO
em Xangai, China

ensino profissionalizante na Alemanha com o intuito de aperfeiçoarem seus próprios sistemas de ensino nessa área. Queremos fechar **parcerias de formação profissionalizante** com foco no mercado, o que, no nosso entender, trará benefício para todos.

A Alemanha quer contribuir para a formação de capacidades duradouras para o **desenvolvimento sustentável individual, social e econômico nos países das novas potências da globalização**. É por isso que o Governo Federal oferece incentivos para a formação acadêmica. Promovemos **parcerias para a educação e redes internacionais de conhecimento** ao incentivar a cooperação entre instituições de ensino superior e institutos de pesquisa, por exemplo, através de intercâmbios acadêmicos, de projetos de pesquisa conjuntos, da instalação de Centros Alemães de Inovação e Ciência, do desenvolvimento de redes de contato de ex-alunos e da fundação de universidades alemãs no exterior, como na China, Indonésia, no Vietnã e no Egito. Também temos interesse político e econômico em assegurar que os futuros profissionais, pesquisadores e quadros de liderança das novas potências da globalização façam boas experiências na Alemanha e mantenham laços duradouros com o nosso país.

Cooperação com as novas potências da globalização na área da educação

Atualmente há cerca de 8.500 alunos matriculados na Universidade Alemã do Cairo, no Egito (German University in Cairo; GUC). A estrutura e oferta de cursos dessa instituição foram criadas com base nas universidades técnicas alemãs e seus diplomas estão orientados para novas áreas profissionais. Devido à sua proximidade com a prática profissional, a universidade coopera tanto com empresas quanto com instituições de ensino superior alemãs. Além disso, um sistema de bolsas permite que os estudantes realizem períodos de estudo e estágios na Alemanha. Estudantes dos Emirados Árabes Unidos (EAU) também podem fazer estágios em empresas alemãs, cujos contatos são estabelecidos através de um programa da Câmara de Comércio e Indústria EAU-Alemanha.

Educação e Pesquisa são instrumentos importantes para a transição bem-sucedida para um desenvolvimento sustentável, a criação ou ampliação e a promoção de sistemas de educação, ciência e inovação. No cenário internacional da concorrência pelo



conhecimento, a Alemanha é considerada um parceiro competente nas áreas de ciência e pesquisa. No contexto da [Estratégia do Governo Federal de Internacionalização da Ciência e da Pesquisa](#), a Alemanha promove o estabelecimento de cooperações duradouras com outros países, por exemplo, com as novas potências da globalização. O Governo Federal quer aprimorar as condições básicas para a cooperação internacional nas áreas de ciência e pesquisa junto com os seus parceiros. Além disso, participa da elaboração de uma estratégia europeia para a cooperação internacional em pesquisa e tecnologia juntamente com o Fórum Estratégico para a Cooperação Internacional em Ciência e Tecnologia.

O investimento na pesquisa com o intuito de promover o desenvolvimento sustentável, a inovação e condições gerais eficazes está se tornando cada vez mais um fator-chave para trilharmos os novos caminhos necessários para garantir o futuro. Cooperações regionais também podem proporcionar respostas aos desafios globais e evidenciar novos [potenciais de inovação](#). Queremos prestar uma contribuição, junto com os nossos parceiros, para conquistar mercados futuros e alcançar uma utilização sustentável de matérias-primas e recursos naturais. O Governo Federal também quer incentivar [parcerias nas áreas de](#)

[pesquisa e tecnologia](#) e o intercâmbio de cientistas e peritos altamente qualificados. Queremos participar ativamente na definição de uma [política internacional de promoção de ciência e pesquisa](#), junto com as novas potências da globalização, a fim de solucionarmos os desafios globais em estreita cooperação.

2. Áreas políticas de cooperação com as novas potências da globalização

Paz e segurança

Desafios na área da segurança

Os desafios na área da segurança vão se transformando rapidamente. Hoje em dia, há cada vez menos conflitos entre Estados e cada vez mais conflitos no seio dos próprios países e sociedades, por exemplo, em Estados frágeis ou fracassados. Os conflitos podem se acirrar ainda mais em consequência dos impactos de segurança relacionados aos desafios globais, tais como a escassez de recursos, catástrofes naturais, a mudança climática ou a falta de abastecimento alimentar. Além disso, organizações e grupos criminosos ou terroristas também atuam numa escala mundial, para além de fronteiras terrestres, aquáticas ou regionais. A proliferação de armas de destruição em massa representa uma ameaça para a segurança internacional. [No mundo atual](#),

é mais difícil isolar ou delimitar, por área geográfica ou temática, os riscos em matéria de segurança. Revoluções políticas recentes demonstram que a paz, a segurança e a estabilidade só podem prosperar a longo prazo se tiverem como fundamento a liberdade, o respeito do direito internacional e a proteção dos direitos humanos. Por tal motivo, **questões ligadas aos direitos humanos** estão entrando cada vez mais na pauta das políticas de segurança.

A melhor política de segurança é aquela que logra apaziguar situações críticas antes que o conflito possa escalar. Por isso, **a prevenção de conflitos** assume um papel cada vez mais decisivo.

Princípios do Governo Federal

A política de segurança da Alemanha está firmemente ancorada na OTAN e na UE e tem caráter multilateral. Seus parâmetros estão definidos em concordância com a Estratégia Europeia de Segurança e o novo Conceito Estratégico da OTAN. Está voltada para o futuro e parte de um conceito amplo de segurança. Hoje em dia, nenhum Estado do mundo pode zelar pela sua segurança usando somente recursos militares ou atuando isoladamente. Por tal motivo, o Governo Federal atribui especial importância ao desenvolvimento e maior

aprofundamento de parcerias em matéria de política de segurança com Estados em localizações distantes e suas respectivas organizações regionais (p. ex., no âmbito da União Africana [UA] ou da Liga Árabe [LA]).

A **prevenção de crises e conflitos civis** representa uma **área prioritária** da política de paz e segurança da Alemanha. Tal como está previsto na resolução do Conselho de Segurança da ONU 1325 “Mulheres, Paz e Segurança” e as respectivas resoluções subsequentes, a Alemanha quer prestar uma contribuição no sentido de envolver homens e mulheres de maneira equitativa em tais processos. Uma prioridade da Alemanha nessa área é a garantia da igualdade, da participação e da proteção das mulheres.

O Governo Federal advoga por uma **política da resolução pacífica de conflitos**, tal como está previsto na **Carta das Nações Unidas**. Também estamos empenhados em **fortalecer a Corte Penal Internacional** (CPI), dado que os crimes gravíssimos sob a sua jurisdição afetam a comunidade internacional como um todo.

O Governo Federal colabora com a ONU, OSCE, OTAN, UE e organizações regionais na elaboração de soluções para situações de crise. A decisão sobre uma eventual participação

das Forças Armadas alemãs em operações de resolução de conflito é tomada com base na Lei Fundamental da Alemanha e de acordo com o direito internacional.

A não-proliferação e o controle convencional de armamento estão no cerne da política de segurança do Governo Federal. Junto com os nossos parceiros, queremos fortalecer e ampliar o regime global de não-proliferação e o controle de armamento convencional e promover a segurança e a estabilidade no mundo.

Metas para a cooperação com as novas potências da globalização nas áreas de paz e segurança

Nas áreas de prevenção de crises, resolução de conflitos e consolidação da paz, as novas potências da globalização prestam uma contribuição fundamental, entre outros, ao enviar Forças para missões de paz da ONU. A sua proximidade geográfica e cultural com certas regiões pode fazer as novas potências da globalização assumirem um papel de mediadoras em situações de conflito. Além disso, são parceiros importantes nas missões de paz e de estabilização da Política Comum de Segurança e Defesa da UE e da OTAN. As novas potências da globalização também contribuem para a criação de uma nova arquitetura regional de segurança. Por tal motivo,

queremos cooperar com as novas potências da globalização no sentido de prevenir crises com sucesso e fortalecer a instrumentária que está à sua disposição. No âmbito dessa parceria, também queremos implantar estruturas estatais democráticas legítimas e operacionais. Junto com os nossos parceiros da UE e da OTAN e com as novas potências da globalização,

“Good Hope” – cooperação bilateral entre a África do Sul e a Alemanha em matéria de política militar

Há vários anos, a República da África do Sul e a Alemanha têm mantido relações bilaterais de alto nível em matéria de política militar. Isso se reflete em vários contatos e encontros regulares em matéria militar e de política militar. Nos anos 2006, 2008 e 2010, as Forças Armadas alemãs realizaram a série de exercícios conjuntos “Good Hope”. Uma nova participação está prevista para 2012. Apoiamos os esforços da África do Sul de propulsionar a criação, no âmbito da UA, de uma arquitetura africana de paz e segurança e de promover a participação da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) na Força de Reserva Africana (ASF). Consideramos tais esforços uma contribuição importante para a paz e a segurança.

queremos criar uma **arqui-tetura duradoura e ampla de segurança e de superação de crises que seja adequada para enfrentar desafios futuros.**

Através do **fomento de medidas geradoras de confiança e segurança (CSBM) regionais,** o Governo Federal contribui, também no âmbito da UE, para a estabilidade das regiões relevantes que estão em pleno processo de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, no que diz respeito à segurança, estamos intensificando nossas relações com as novas potências da globalização e seus vizinhos. Continuaremos aproveitando as oportunidades para promover o desenvolvimento de CSBM junto com **organizações regionais de segurança,** como a UNASUL na América Latina e fóruns como o ASEAN Regional Forum (ARF) na Ásia.

Uma das metas do Governo Federal é conquistar as novas potências da globalização como **parceiros para sua política multilateral de não-proliferação e controle de armamento.** É muito importante para a estabilidade internacional universalizar os regimes contratuais e códigos de boa conduta internacionais existentes. No âmbito do controle de armas nucleares, advogamos consequentemente por um fortalecimento amplo do **Tratado de Não-Proliferação das Armas Nucleares (TNP)**

e pela **entrada em vigor do Tratado de Proibição Total de Ensaio Nucleares (TPTE).** Além disso, o Governo Federal considera as **Convenções sobre Armas Biológicas e Tóxicas e sobre as Armas Químicas (CABT, CAQ)** muito importantes e por tal motivo promove ativamente a adesão de Estados que ainda não aderiram a essas convenções.

O Governo Federal está disposto a oferecer apoio técnico às novas potências da globalização na área do controle de exportações – também no âmbito de programas da UE – e fornecer consultoria no tocante à **criação de sistemas de controle de exportações eficazes.** Através de **acordos de segurança,** queremos aprimorar a cooperação regular e institucionalizada com os nossos parceiros na luta contra o terrorismo e contra o crime organizado (p. ex., crimes relacionados às drogas, pirataria, tráfico de imigrantes clandestinos/tráfico de pessoas, crimes de colarinho branco e crimes financeiros). **Auxílios bilaterais de formação de pessoal e fornecimento de equipamentos** deverão ser aproveitados de maneira focalizada para implementar **autoridades de segurança** ancoradas na democracia e no Estado de Direito nos respectivos países ou regiões e também para uma maior articulação internacional entre as autoridades de segurança. Os oficiais de ligação, p. ex., da

Agência Federal de Investigação Criminal (BKA) e da Polícia Federal alemã, exercem um papel importante no intercâmbio regular de informações e na cooperação multilateral. Também queremos estimular a [cooperação regional em matéria de segurança](#) no âmbito institucional da ONU e da UE, p. ex., em caso de missões coordenadas por estas organizações.

Além da cooperação no âmbito da ONU, PCSD ou OTAN, outros fóruns de diálogo formais e informais podem ser desenvolvidos para a [luta conjunta contra a pirataria e o terrorismo](#). O Governo Federal buscará uma maior articulação com Indonésia, Malásia, Índia, Vietnã, China, Chile e Cingapura no âmbito do Diálogo Shangri-La.

O Governo Federal apoia o intercâmbio de experiências com as novas potências da globalização sobre o papel das suas Forças Armadas, suas tradições de liderança e treinamento. A proposta de cooperação e intercâmbio de informações também se refere às novas tecnologias de informação e comunicação. A [disponibilidade, segurança e liberdade de redes de informação](#) tornaram-se recursos imprescindíveis para todos os Estados, sobretudo nas áreas da economia, educação e tecnologia. Portanto, é necessário unir-se para se proteger dos perigos oriundos

do ciberespaço, combater o cibercrime e impedir o terrorismo cibernético.

Incentivamos as [novas potências da globalização](#) a assumirem um papel mais significativo [como doadores e coordenadores da ajuda humanitária internacional](#). As estruturas internacionais da ajuda humanitária, como o [Escritório de Coordenação dos Assuntos Humanitários da ONU \(OCHA\)](#), merecem mais apoio político e fomento. O Governo Federal apoia os eventos organizados pelo OCHA, pelo seu Grupo de Doadores, que está sendo presidido pela Alemanha no biênio 2012-2013, e eventos organizados no âmbito da iniciativa “Good Humanitarian Donorship”.

Além disso, incentivamos as novas potências da globalização a assumirem um papel ativo na área da cooperação para o desenvolvimento em Estados frágeis e a participarem na mitigação de problemas que apresentam potencial para acirrar os conflitos nos níveis global, regional e local. A cooperação global também tem se aprofundado cada vez mais na área dos direitos humanos, sobretudo no [Conselho de Direitos Humanos da ONU em Genebra](#). Queremos conduzir o debate global, junto com as novas potências da globalização, no sentido de fortalecer e promover o conceito fundamental da universalidade e



Logotipo dos direitos humanos

indivisibilidade dos direitos humanos e advogar pela sua implementação no mundo. Queremos ampliar a base da [Corte Penal Internacional \(CPI\)](#). O Governo Federal promove a universalidade e a integridade do Estatuto de Roma, que deu origem à sua criação, nas suas relações bilaterais e no âmbito da UE. A única forma de combater com eficácia os piores crimes de direito internacional, como o genocídio, crimes de guerra, crimes contra a humanidade e o crime de agressão, é a perseguição global na base de uma jurisdição universal, ou seja, legitimando tribunais nacionais em diferentes lugares do mundo a julgarem crimes de direito internacional. A CPI está se tornando cada vez mais eficaz como instrumento de resolução de conflitos.

Direitos humanos e Estado de Direito

A importância dos direitos humanos e do Estado de Direito no contexto internacional

Não pairam dúvidas acerca da [universalidade dos direitos humanos](#). O Estado de Direito é e continua sendo uma [garantia para a paz social, a liberdade individual, a segurança e o sucesso econômico](#). A promoção do Estado de Direito – a implementação de estruturas baseadas no princípio do Estado de Direito e a transferência de direito material – é uma

resposta a desafios globais importantes, como a prevenção de crises, a consolidação de processos de paz, a criação de condições previsíveis para investimentos e o desenvolvimento econômico e ainda a prevenção e a luta contra o terrorismo e a radicalização.

O Estado de Direito, a democracia e os direitos humanos estão intrinsecamente ligados. A promoção sustentável do Estado de Direito precisa estar baseada no respeito e na proteção eficaz dos direitos humanos. Ao mesmo tempo, a promoção do Estado de Direito é pré-requisito para a aplicação dos direitos humanos.

Princípios do Governo Federal

O engajamento do Governo Federal em prol dos direitos humanos está alinhado com os valores que norteiam as suas políticas. [A política de direitos humanos da Alemanha nas relações internacionais](#) implica uma obrigação concreta: proteger as pessoas de violações de seus direitos e liberdades fundamentais e criar condições viáveis para impedir a opressão, o uso arbitrário do poder e a exploração das pessoas.

O Governo Federal advoga pela [validade universal dos direitos humanos](#) e, portanto, posiciona-se [contra uma relativização cultural do conceito de direitos humanos](#).

Ao mesmo tempo, estamos cientes que só poderemos conquistar progressos duradouros na base do respeito mútuo.

Queremos acompanhar os **processos de reforma nos países dos nossos parceiros** na base do diálogo. O Governo Federal propõe formatos de diálogo adaptados às respectivas situações de cada país com o intuito de apoiar iniciativas de reforma na sociedade e no governo. Damos preferência a um **formato de diálogo ativo e focalizado nas metas**, sem esperar que os parceiros perguntem pelos temas relevantes para o desenvolvimento do Estado de Direito. Queremos apresentar aos nossos parceiros, de maneira pró-ativa, os temas relacionados ao Estado de Direito mais relevantes do ponto de vista da Alemanha e as nossas prioridades da cooperação. Desta maneira, podemos dar destaque às vantagens das soluções e dos sucessos consolidados no processo de construção de ordens jurídicas modernas na Alemanha e/ou na Europa.

Metas para a cooperação com as novas potências da globalização nas áreas dos direitos humanos e do Estado de Direito
Juntos com as novas potências da globalização, visamos um **compromisso claro com os valores fundamentais do Estado de Direito e com o empenho a nível mundial em prol do respeito e da aplicação dos direitos humanos.**

Um objetivo das nossas iniciativas para um diálogo jurídico institucionalizado também deve ser o conhecimento mais aprofundado das respectivas tradições e culturas dos nossos parceiros. Queremos promover conjuntamente a aplicação eficaz de pensamentos e atuações guiados pelos princípios do Estado de Direito, a implementação dos direitos humanos e a **concretização de uma legislação democrática.**

Juntos queremos fomentar um sistema jurídico que não somente outorgue direitos, mas que também esteja em condições de aplicá-los, com um Judiciário independente que tenha a autoridade de controlar a atuação do poder público.

Economia e finanças

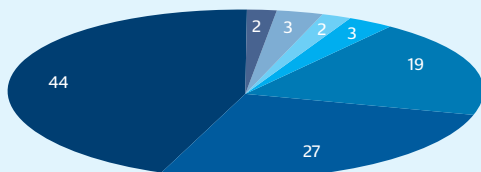
A Economia mundial em transformação

A participação das **novas potências da globalização** no comércio mundial está em crescimento. Tais países registram **taxas de crescimento econômico acima da média**. No ano 2000, os países da OCDE representavam em torno de 60 % do Produto Interno Bruto (PIB) mundial, porcentagem esta que caiu para 51 % nos dias de hoje. Segundo estimativas, sua quota cairá para somente 40 % nos próximos 20 anos. O crescimento econômico e o potencial de crescimento das novas potências da globalização justificam a sua **crecente importância** na economia mundial e também

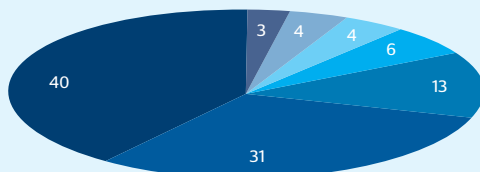
a sua influência crescente sobre o **sistema comercial e financeiro global**. Segundo os prognósticos, as relações comerciais entre tais países, sobretudo o comércio intrarregional na Ásia, apresentam o maior potencial de desenvolvimento do comércio mundial.

A UE, com uma quota de cerca de 20 % no comércio mundial, ainda é a maior região do comércio global de mercadorias. É, atualmente, o maior espaço econômico do mundo, o maior exportador de mercadorias e serviços, principal doador e espaço de investimentos estrangeiros diretos. Detém um mercado de 500 milhões de consumidores. Por tal motivo, para as novas potências da globalização, a

Exportações mundiais por região (em %)



1999



2009

■ Europa
■ Ásia
■ América do Norte
■ Oriente Médio
■ América Central e do Sul
■ África

■ Comunidade dos Estados Independentes

Fonte: OMC, International Trade Statistics 2010

Ranking de países exportadores 2009

Posição	País	Posição	País
1	UE (27)	26	Vietnã
2	China	27	Argentina
3	EUA	28	Chile
4	Japão	29	Nigéria
5	Coreia, República da	30	Kuait
6	Hong Kong	31	Israel
7	Canadá	32	Argélia
8	Federação Russa	33	Cazaquistão
9	Cingapura	34	Qatar
10	México	35	Angola
11	Taiwan	36	Ucrânia
12	Arábia Saudita	37	Iraque
13	Emirados Árabes Unidos	38	Filipinas
14	Suíça	39	Líbia
15	Índia	40	Colômbia
16	Malásia	41	Omã
17	Austrália	42	Peru
18	Brasil	43	Nova Zelândia
19	Tailândia	44	Egito
20	Noruega	45	Belarus
21	Indonésia	46	Azerbaijão
22	Turquia	47	Paquistão
23	Irã	48	Bangladesh
24	África do Sul	49	Tunísia
25	Venezuela	50	Marrocos

Fonte: OMC, International Trade
Statistics 2010

Europa também é um parceiro econômico atraente. A [Alemanha é o parceiro comercial mais importante dentro da UE para muitas novas potências da globalização](#) e, para além da sua importância econômica, também é um parceiro interessante por deter influência política.

Nos tempos da globalização progressiva, é fundamental haver uma concertação estreita em questões de política financeira e econômica. Com o advento da crise financeira e econômica mundial, o G20 começou a reunir-se no nível de chefes de estado e de governo em 2008. O [G20](#) estabeleceu-se como [importante fórum informal de coordenação e cooperação internacional estreita com as novas potências da globalização em questões econômicas e financeiras](#). Os países do G20 representam dois terços da população mundial, 80 % do desempenho econômico mundial e 90 % do comércio mundial. No G20 e nas organizações internacionais, como a ONU, o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, a Organização Mundial de Comércio (OMC) e a OCDE, é discutido e estabelecido o marco regulatório da economia mundial.

Princípios do Governo Federal

O crescimento do comércio global de mercadorias e serviços contribui para o aumento do bem-estar no mundo. Um dos fatores mais importantes neste contexto é o sistema multilateral de comércio da OMC, que está baseado nos princípios da não-discriminação e da nação mais favorecida. Cria, portanto, um marco jurídico transparente e acordado mutuamente, válido para todos os membros. A Alemanha está empenhada, juntamente com os parceiros da UE, mas também no âmbito do G20, em fortalecer a OMC e [concluir o antes possível as negociações da Rodada de Doha](#). A conclusão da Rodada de Doha seria o melhor [escudo contra medidas protecionistas unilaterais](#) e contribuiria para dar continuidade ao processo de integração dos países em desenvolvimento na economia mundial.

O Governo Federal apoia [o aprofundamento das relações econômicas entre empresas alemãs e seus parceiros comerciais nos mercados das novas potências da globalização com os instrumentos de incentivo do comércio exterior](#). O sucesso internacional e o prestígio das empresas alemãs – sobretudo as de médio porte – são o fundamento do respeito demonstrado pelas novas potências da globalização diante da Alemanha enquanto parceiro



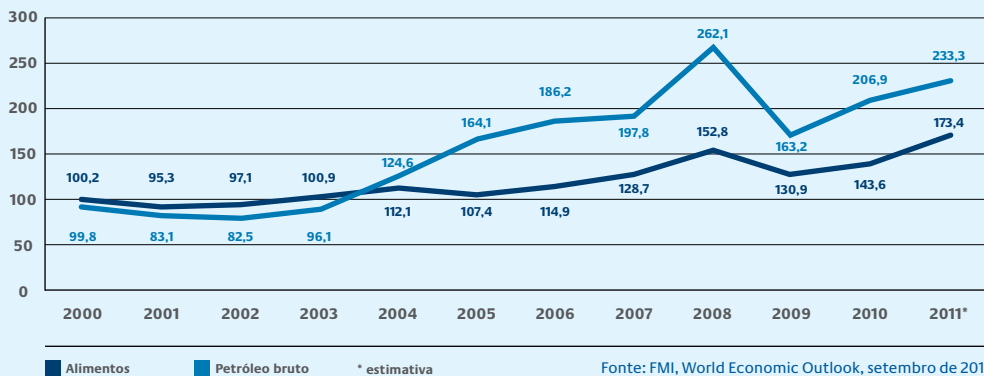
Extração de sal em Jujuy,
Argentina

econômico forte, criando assim potenciais para a cooperação. O Governo Federal, em estreita concertação com os respectivos setores da economia, desenvolve continuamente a sua instrumentária política para o comércio exterior. Na área do incentivo do comércio exterior por parte do estado, estamos à disposição para realizar, numa base bilateral ou multilateral, um intercâmbio extenso de experiências e informações, transparência e cooperação. Neste caso, o comércio exterior e a cooperação para o desenvolvimento deverão complementar-se mutuamente e estar articulados da melhor maneira possível.

Metas para a cooperação com as novas potências nas áreas financeira e econômica

Queremos conduzir uma **política comercial ativa** baseada em regras multilaterais confiáveis que contribuam para o crescimento, a prosperidade e a proteção do consumidor no cenário mundial. O sistema multilateral de comércio da OMC é o fundamento essencial para abrir mercados, combater o protecionismo e impedir novas restrições de acesso a mercados ou restrições de exportação. A mais recente estratégia comercial da UE (de novembro de 2010) prevê as mesmas metas.

Preço mundial de matérias-primas 2000–2011 (ajustado pela inflação; índice, 2000 = 100)







Visamos a uma abertura recíproca de mercados que vá além do já conquistado na OMC (os chamados acordos OMC+).

Além dos **acordos comerciais multilaterais**, a UE negocia **acordos de livre comércio com países individuais, entre eles, países em desenvolvimento, e com grupos de Estados** (por exemplo, com países do **espaço ASEAN**, do **MERCOSUL** e da **região da África, do Caribe e do Pacífico [ACP]**). Tais acordos estão baseados em pactos válidos com a OMC e inclusive até vão além em áreas importantes (OMC+).

O Governo Federal visa acordar **normas** globais na área do **financiamento de exportação com subsídios estatais**, a fim de evitar uma disputa pelas melhores condições. Isso propicia uma concorrência justa e evita riscos de orçamento e reputação. Para tal fim também queremos intensificar as atividades de apoio da OCDE, onde um marco legal de financiamento de exportação já está sendo aplicado com sucesso. Nas nossas relações comerciais bilaterais também pretendemos promover as normas e os padrões da OCDE para o apoio de empresas nacionais na condução de negócios no exterior, os padrões sociais, ambientais e de direitos humanos e as diretrizes da OCDE para empresas multinacionais.

As complexas relações econômicas necessitam de **segurança de investimento**. O Governo Federal está empenhado em fechar, agora e no futuro, contratos de incentivo e proteção ao investimento com estados relevantes não membros da UE. O nível de proteção garantido através destes contratos não poderá estar abaixo da proteção garantida em nossos contratos bilaterais. O Governo Federal enviará todos os esforços para que acordos da UE futuros contemplem um mecanismo eficaz de resolução de disputas entre investidores e o poder público.

Os dispositivos acerca da proteção ao investimento contribuem para aumentar os investimentos diretos nos respectivos países.

Na nossa condição de membro do G20, prestamos uma **contribuição fundamental para estabilizar a economia mundial e alcançar um crescimento global forte, equilibrado e sustentável**. Mantemos cooperações estreitas a fim de diminuir os riscos para a economia mundial e tornar o sistema financeiro mundial mais resistente a crises através de uma regulação ampla do mercado financeiro. Neste contexto, algumas **novas potências da globalização** têm se revelado **parceiros confiáveis** da Alemanha e demonstraram o

mesmo interesse numa regulação sustentável do mercado financeiro. Por tal motivo, a Alemanha considera que uma das tarefas fundamentais do G20 é fomentar um crescimento inclusivo e sustentável da economia mundial.

O Governo Federal **advogou pela reforma do direito de voto nas nossas instituições financeiras internacionais**, o Banco Mundial e o FMI. Somos a favor de uma maior participação e uma maior corresponsabilidade das novas potências da globalização em tais instituições que correspondam à sua acrescida importância política e econômica.

IPEEC – Parceria Internacional para a Cooperação no domínio da Eficiência Energética

A IPEEC foi fundada em maio de 2009 durante o encontro dos ministros de energia do G8 em Roma. Os membros são os países do G8, a Comissão da UE, Austrália, Brasil, China, Índia, México e a República da Coreia. Atualmente outros países estão em fase de decisão ou de admissão à parceria. A IPEEC é um diálogo de alto nível sobre o tema da eficiência energética. A meta principal é o intercâmbio sobre boas práticas (entre outros na aplicação de tecnologias de eficiência energética, possibilidades de financiamento, resultados de pesquisa, marcos jurídicos adequados, ou outros instrumentos de incrementação da eficiência energética). O trabalho técnico é realizado em grupos-tarefa que são fundados e coordenados por algum estado-membro da IPEEC especialmente interessado no tema. O grupo-tarefa liderado pela Alemanha é o Sustainable Buildings Network (SBN).



Recursos, alimentos e energia

Recursos, alimentos e energia – Fundamentos da nossa prosperidade

O abastecimento com a quantidade suficiente de alimentos, com água potável limpa e com energia limpa, segura e econômica é de importância vital para o ser humano. **Matérias-primas são o fundamento essencial da prosperidade no mundo.** Matérias-primas agrícolas asseguram grande parte da alimentação e fornecem produtos de base para o uso industrial e energético. O acesso suficiente à água é vital e um pré-requisito fundamental insubstituível para uma vida digna. Assume importância imensa para a saúde, a alimentação e uma **agricultura sustentável.** Ao mesmo tempo, água potável limpa é um bem extremamente escasso na terra; mais de um bilhão de pessoas não têm acesso (suficiente) a ela. **Matérias-primas** minerais são a base para a indústria e são necessárias para a maioria dos produtos de alta tecnologia. Matérias-primas fósseis – petróleo, gás e carvão – representam hoje em torno de 80 % do **abastecimento mundial de energia.** Tendo em vista o rareamento previsível dos recursos fósseis, a biomassa assumirá um papel ainda mais importante no futuro como matéria-prima e como combustível.

A humanidade está consumindo esses fundamentos do seu desenvolvimento econômico numa velocidade cada vez maior. A população mundial crescente, a demanda de energia do G8 e a ascensão econômica de algumas das novas potências da globalização fazem a demanda de matérias-primas subir consideravelmente.

O uso intenso de petróleo, gás natural e carvão não só influencia o clima e os ecossistemas, mas também torna **tais recursos** cada vez mais **escassos.** Quando a demanda crescente de energia, também por parte das novas potências da globalização, provocar **preços de energia em franco crescimento,** as consequências para o desenvolvimento econômico mundial poderão ser graves. Conflitos em torno de recursos e os riscos inerentes para a paz e a segurança seriam possíveis efeitos. O uso de **recursos renováveis,** ou seja, de fontes de energia renováveis como sol, vento, água, geotermia e bioenergia, e uma **utilização mais eficiente dos recursos** poderiam ajudar a mitigar a problemática.

Várias **matérias-primas minerais,** como metais de terras raras, são usadas como base de importantes ramos industriais e de tecnologias inovadoras, p. ex., na área de energias



Estudantes diante do carro movido a energia solar Eollian 2 em Santiago de Chile, Chile

renováveis. Dado que as reservas de matérias-primas e a demanda de recursos estão distribuídas de maneira desigual no mundo, no final das contas todos os países tiram proveito de mercados de matérias-primas abertos e eficientes e com regras transparentes. Precisamos fomentar, numa escala mundial, o aumento da eficiência de recursos na produção e no consumo, a reciclagem e a substituição por matérias-primas regeneráveis e cultivadas de maneira sustentável.

Cooperação para assegurar a segurança alimentar internacional – O Fórum de Segurança Alimentar da ASEM

Por iniciativa do Vietnã, o 1º Fórum de Segurança Alimentar da ASEM foi realizado em julho de 2010 na Cidade de Ho Chi Minh. Delegados de estados europeus e asiáticos e da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) discutiram os efeitos da crise econômica e financeira sobre a segurança alimentar internacional, o aumento dos preços de alimentos e a escassez de recursos agrícolas e hídricos. Foi convencionada uma cooperação aprimorada e a promoção de parcerias público-privadas nesta área.

Queremos promover o cumprimento de padrões internacionais sociais e ambientais na extração e no uso de matérias-primas para garantir o **uso sustentável** e o **abastecimento seguro de recursos**.

Hoje em dia, cerca de um bilhão de pessoas padece de fome e subnutrição crônica. A crise econômica e financeira, as consequências da mudança climática e a diminuição mundial de áreas agrícolas podem continuar



IRENA – Agência Internacional de Energias Renováveis

A Agência Internacional de Energias Renováveis, com sede em Abu Dhabi e um centro de inovação e tecnologia em Bonn, foi fundada em 2009 a partir de uma iniciativa alemã. Ao total, 149 Estados e a UE assinaram os estatutos da IRENA; 87 Estados os ratificaram (dados de 16 de janeiro de 2012), entre eles Índia, África do Sul, República da Coreia, Malásia, Argentina, Chile e México, além da Alemanha. IRENA tem como missão fomentar a introdução abrangente e crescente e o uso sustentável de todas as formas de energias renováveis.

agravando a situação. **Terra e água**, os **recursos vitais da produção agrícola**, estão se tornando cada vez mais escassas. Com a destinação de áreas para outros fins em nível mundial (aglomerações urbanas, trânsito, lazer, biomassa, extração de minérios a céu aberto, áreas protegidas etc.) vai surgindo uma concorrência crescente do uso do solo. O aumento dos preços, parcialmente em decorrência da especulação com alimentos, e oscilações extremas do preço de alimentos poderão ter impactos sobre o **abastecimento alimentar internacional, ou seja, a segurança alimentar**.

Princípios do Governo Federal

Nossa **política de energia e de matérias-primas aposta na cooperação e não na confrontação**. Temos como meta o abastecimento seguro, sustentável e transparente de matérias-primas em cooperação com empresas alemãs. Queremos **regras claras e globalmente válidas para regulamentar o acesso às matérias-primas e o seu comércio** (governança de energia / governança de matérias-primas; condições gerais transparentes, iguais e justas). Apoiamos, por exemplo, a “Iniciativa de Transparência nas Indústrias Extrativas” (ITIE), que luta pela transparência dos fluxos financeiros relacionados às riquezas do solo.

A Alemanha promove uma transformação gradual para a produção de energia sustentável baseada em energias renováveis, eficiência energética e técnicas de produção eficientes em termos de recursos. Respeitamos o direito de cada país de tomar suas próprias decisões quanto à sua matriz energética. **Reconhecemos o direito das novas potências da globalização ao desenvolvimento** e estamos à disposição para auxiliá-las a **desatrelar o desempenho econômico do consumo de energia e de matérias-primas**.

Junto com os nossos parceiros, promoveremos o **debate sobre a segurança alimentar global**, p. ex., no âmbito da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), do Comitê de Segurança Alimentar da ONU (CFS) e do Conselho de Direitos Humanos da ONU, e defenderemos a implementação do **direito humano à alimentação** (“Right to Food”). No CFS o Governo Federal posiciona-se a favor de uma rápida conclusão das negociações das diretrizes voluntárias sobre governança responsável dos direitos de exploração da terra e dos solos, zonas de pesca e florestas. Fazem-se necessárias regras mundiais para a **produção sustentável de alimentos e matérias-primas agrícolas**. O Governo Federal continuará cobrando a diminuição de exportações de alimentos com preços subvencionados.

O Governo Federal é um dos iniciadores e defensores mais engajados do **direito a água** e saneamento, o que finalmente foi reconhecido em 2010 pela Assembleia Geral das Nações Unidas, e empenha-se ativamente pela implementação desse direito.

Metas para a cooperação com as novas potências da globalização nas áreas de recursos, alimentação e energia

O Governo Federal já está dialogando, por conta própria e como membro da UE, com as novas potências da globalização sobre questões relacionadas ao **uso sustentável de energia e matérias-primas** em vários fóruns, instituições e iniciativas multilaterais, por exemplo, no âmbito da ONU, da **Agência Internacional de Energias Renováveis** (IRENA) e da **Parceria Internacional para a Cooperação no domínio da Eficiência Energética** (IPEEC). A OCDE e a **Agência Internacional de Energia** (AIE), em cujos trabalhos as novas potências da globalização estão incluídas, exercem um papel importante. No âmbito do **Fórum Internacional de Energia** (IEF), cujos países participantes representam mais de 80 % da produção, do trânsito e do consumo mundial de petróleo e gás, visamos intensificar o diálogo estreito com as novas potências da globalização sobre política energética. A Alemanha promove os mais altos padrões reconhecidos inter-

nacionalmente para o uso pacífico da energia nuclear. O Governo Federal promoverá ativamente **estratégias de longo prazo de transição para energias renováveis e o aprimoramento da eficiência energética** junto às novas potências da globalização.

O Governo Federal busca **estabelecer ou ampliar parcerias nas áreas de energia e matérias-primas**, p. ex., com o Cazaquistão. Tais parcerias podem contribuir para a modernização do setor de matérias-primas e de energia nos países parceiros em benefício mútuo para ambas as partes. Desde 2008 já existe, por exemplo, uma parceria deste tipo com a Nigéria na área da energia. Queremos fomentar o setor da agricultura com apoio de investimentos privados a fim de **garantir o abastecimento alimentar internacional** e aumentar a produtividade agrícola. O Governo Federal quer, junto com as novas potências da globalização, promover o **acesso seguro, sustentável e não-discriminatório à terra e a outros recursos naturais** como pré-requisito essencial para investimentos agrícolas e segurança alimentar. No nível do G20 advogamos a favor de mais transparência nos mercados agrícolas.



Funcionária da Fresenius Medical Care
em Bogotá, Colômbia

Trabalho, saúde e assuntos sociais

Padrões mundiais para segurança no trabalho, seguridade social e proteção da saúde

O bem-estar individual da maioria das pessoas manifesta-se, em primeiro lugar, na sua saúde e no seu local de trabalho. Cada pessoa também tem uma responsabilidade individual para tais dimensões fundamentais da vida. Porém, é função do poder público respeitar e implementar, em tais áreas, os direitos humanos internacionalmente válidos, a fim de garantir condições gerais adequadas e padrões mínimos e zelar pela sua implementação e pela prevenção de perigos que estão fora do alcance dos indivíduos. No mundo globalizado, tais regras nas áreas do trabalho e da saúde também precisam ser acordadas cada vez mais numa dimensão global.

Promovemos a definição, numa escala mundial, de padrões mínimos de trabalho com o intuito de estabelecer condições dignas de trabalho para as pessoas.

A política de saúde global vai muito além de questões técnicas da medicina e está ligada às áreas de segurança, desenvolvimento, comércio, migração, proteção do clima e direitos humanos. A globalização também

tornou as questões da política da saúde muito mais urgentes: epidemias e pandemias representam um risco global para a saúde e para a atividade econômica. Ao mesmo tempo, tanto o fornecimento de medicamentos a preços acessíveis e o acesso a eles quanto o sistema público de assistência médica estão cada vez mais presentes nas agendas globais. A demanda de profissionais da saúde está crescendo, gerando custos de formação e ocasionando a migração de profissionais.

Princípios do Governo Federal

O Governo Federal promove os princípios econômicos e políticos da economia social de mercado e está empenhado na implementação mundial de normas fundamentais do trabalho, entre elas as normas básicas da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A OIT exerce um papel fundamental na configuração social e de direitos humanos no contexto da globalização e do comércio mundial: os governos e parceiros sociais (sindicatos patronais e trabalhistas) dos 183 estados-membros participam, lado a lado, das discussões e dos processos decisórios paritários da OIT. As convenções e recomendações adotadas pela Conferência Internacional do Trabalho (CIT) são consideradas instrumentos especialmente eficazes para a salvaguarda de padrões sociais mínimos no mundo.

A política internacional de saúde do Governo Federal está focalizada na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) na área da saúde: a contenção de novas pandemias, o combate a doenças infecciosas globais, o fortalecimento de sistemas de saúde, a transferência de conhecimento e a reforma da arquitetura global da saúde sob a égide

da Organização Mundial da Saúde (OMS). Envidamos esforços no sentido de **melhorar padrões globais sociais e de saúde e enfrentar os riscos globais de saúde de maneira eficaz**. Queremos prestar uma contribuição para a prosperidade de todas as pessoas, p. ex., através da introdução de sistemas de seguridade social básica.



Chanceler Federal Angela Merkel na 100ª Conferência Anual da OIT em Genebra, Suíça

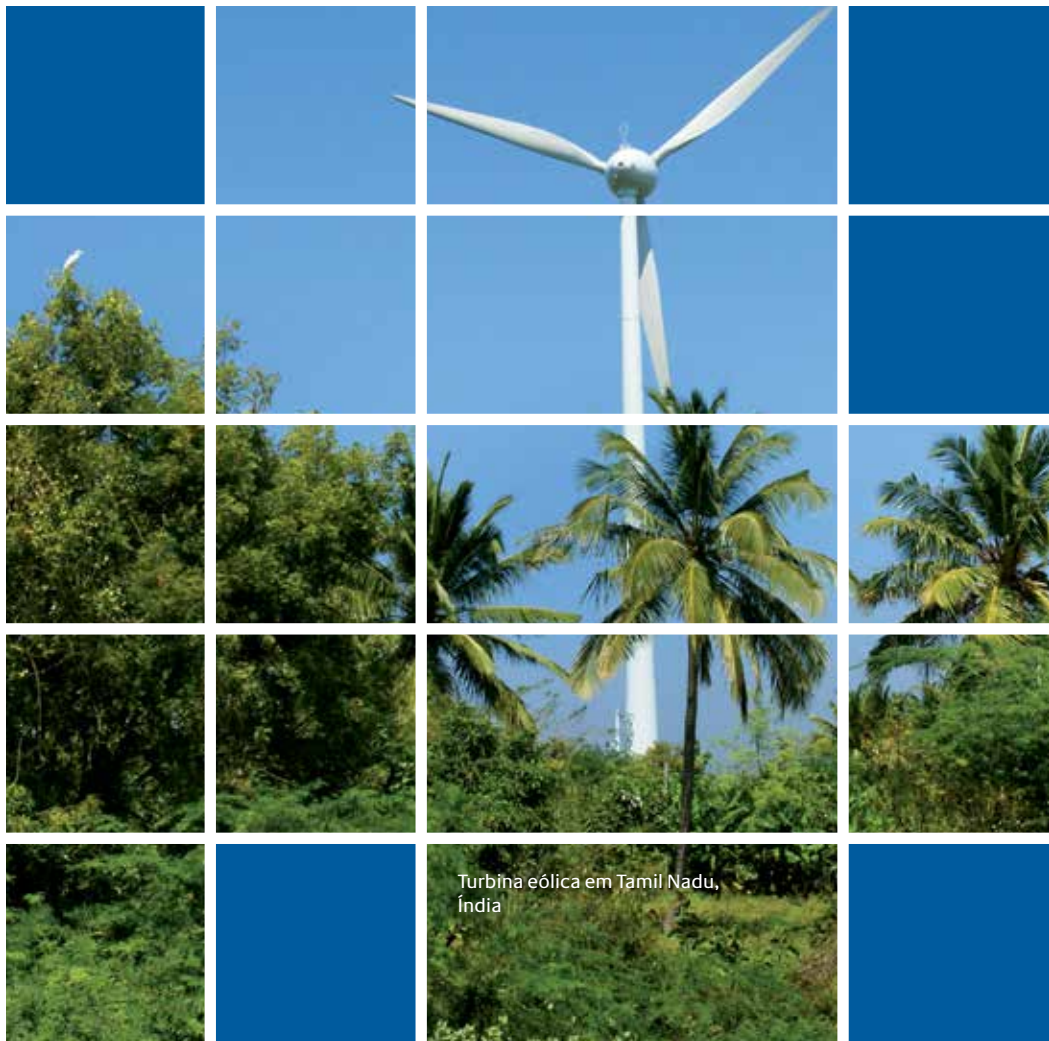
Metas para a cooperação com as novas potências da globalização na área de trabalho, saúde e assuntos sociais

O Governo Federal continuará se engajando nas negociações da UE sobre acordos de parcerias econômicas com as novas potências da globalização no sentido de integrar os elementos que promovam a **sustentabilidade no mundo globalizado**. Fazem parte disso as **relações entre comércio e desenvolvimento, normas fundamentais de trabalho e proteção dos direitos humanos**. Aqueles países, por exemplo, que garantirem as normas fundamentais de trabalho, podem ter um acesso privilegiado ao mercado interno europeu no âmbito do Sistema de Preferências Generalizadas (SPG), sempre e quando também satisfizerem os critérios econômicos.

O Governo Federal oferece um intercâmbio intenso de experiências e modelos de desenvolvimento econômico sustentável em termos de política social e política do trabalho.

Além disso, o Governo Federal continuará se empenhando cada vez mais, também junto com as novas potências da globalização, no âmbito da OIT e outras entidades internacionais, como UE, ONU, G8, G20 ou ASEM, pela implementação do Pacto Mundial para o Emprego da OIT.

A Alemanha quer contribuir, juntamente com as novas potências da globalização, para a contenção de doenças através de uma **prevenção de pandemias coordenada a nível mundial**. Também queremos estimular a cooperação internacional e bem articulada na **luta contra doenças infecciosas**, parcialmente no âmbito dos **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)**.



Turbina eólica em Tamil Nadu,
Índia

Desenvolvimento e sustentabilidade

Promover o desenvolvimento sustentável juntos

O meio ambiente, vital para o homem, só poderá ser salvaguardado de maneira duradoura se lograrmos implantar transformações a nível mundial, elaborando **modelos econômicos de baixo carbono, seguros, ecológicos e eficientes em termos de recursos** e construindo os processos de desenvolvimento com base na **sustentabilidade**.

As novas potências da globalização destacam-se pelo seu forte crescimento econômico ou por um grande potencial de crescimento e estão influenciando processos globais. Por outro lado, segundo o relatório do Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE (CAD), é em alguns desses países que vive uma grande parcela das pessoas pobres do mundo.

A **mudança climática** é um desafio global para todos nós. A fim de podermos alcançar a meta acordada na Conferência do Clima de Cancún de 2010 de limitar o aumento da temperatura global a, no máximo, dois graus, as emissões globais de gases de efeito estufa precisarão começar a ser mitigadas no máximo a partir de 2020. Até 2050, deverão ser reduzidas em pelo menos 50% em relação

a 1990. Caso contrário, eventuais processos de desintegração poderão ocasionar o colapso de sistemas ecológicos inteiros, gerando consequências graves para as bases da vida e da economia, para o combate mundial à pobreza e para a estabilidade internacional. Já hoje a existência de alguns Estados, como países insulares menores, está ameaçada devido à mudança climática progressiva. Na Conferência do Clima de Durban de 2011, foi acordado que até 2015 seria negociado um acordo sobre a proteção climática, válido para todos os Estados.

As **novas potências da globalização**, p. ex., o Brasil, a China e a Malásia, estão **cada vez mais presentes** em outros países e regiões, e também atuam **na área da política de desenvolvimento**. Estão levando suas experiências para o continente africano e também para outras regiões do mundo. A maioria deles não é membro da OCDE. Está surgindo uma nova arquitetura do desenvolvimento internacional.

Princípios do Governo Federal

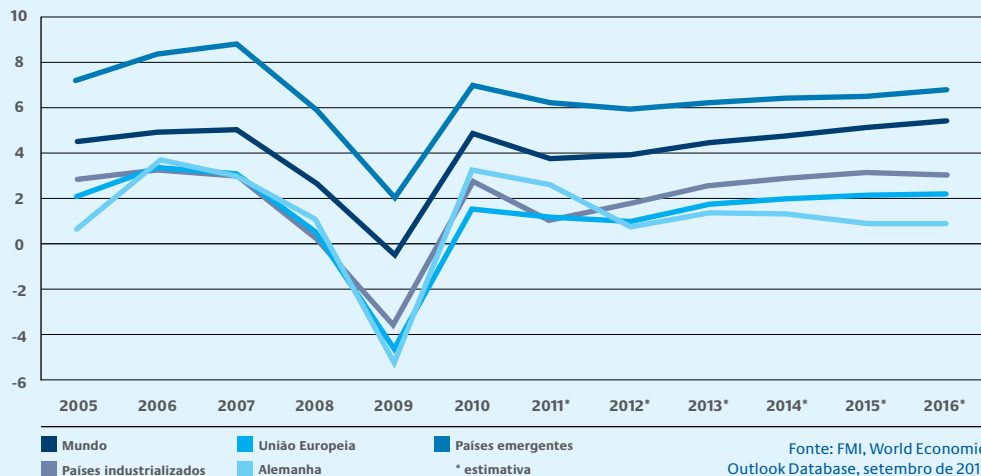
A sustentabilidade é um princípio norteador para as atuações do Governo Federal nos níveis nacional e internacional. Junto com os nossos parceiros, defendemos uma **abordagem ampla** para podermos **alcançar as metas de desenvolvimento dos ODMs**. Isto pressupõe

uma atuação conjunta e concertada de governos, sociedades civis e do setor privado em países em desenvolvimento e industrializados e nos países das novas potências da globalização. Necessitamos de **condições gerais globais** que propiciem um desenvolvimento deste tipo. Só poderemos ter sucesso com a concretização dos ODMs junto com os nossos parceiros.

O Governo Federal estimula uma **estreita articulação do trabalho das representações diplomáticas, das Câmaras de Comércio e Indústria**

alemãs no exterior, da Germany Trade & Invest GmbH, do setor privado e das agências executoras da cooperação para o desenvolvimento. Também estamos preocupados em manter a coerência entre as medidas engendradas nos níveis nacional e europeu. Nas suas relações com as novas potências da globalização, o Governo Federal buscará um amplo equilíbrio de interesses baseado no **princípio da sustentabilidade**. Isso significará a mobilização de recursos econômicos, sociais e ambientais para satisfazer as necessidades da geração atual sem deixar de garanti-los para as próximas

Taxas de crescimento do PIB por grupo de países (em %)



gerações. Estamos convencidos da absoluta necessidade de um acordo global do clima. O Governo Federal envida todos os esforços na defesa dessa causa nas negociações climáticas e no âmbito do G20.

O Governo Federal também fortalecerá as estruturas da proteção ambiental global em outras áreas da governança climática e ambiental internacional, como a proteção dos recursos e a preservação da biodiversidade. Promovemos a criação de uma agência ambiental da ONU e buscamos uma maior articulação das dimensões sociais, econômicas e especificamente ambientais do desenvolvimento sustentável. Além disso, o Governo Federal advoga por uma coordenação e cooperação mais intensa nos trabalhos da ONU relacionados ao meio ambiente e à sustentabilidade e o seu atrelamento aos respectivos mecanismos financeiros aplicáveis.

No futuro, haverá mais fomento para envolver a indústria alemã na cooperação com as novas potências da globalização. Isso poderá ser realizado, por exemplo, através da expansão de parcerias de desenvolvimento com empresas alemãs, de uma maior mobilização de capital privado ou através de compromissos voluntários da economia de realizarem uma boa governação das empresas. Tanto os nossos

A economia precisa do desenvolvimento, o desenvolvimento precisa da economia

No âmbito de um projeto patrocinado pela cooperação para o desenvolvimento por intermédio da Sociedade Alemã de Investimento e Desenvolvimento (DEG), as empresas Grünbeck Wasseraufbereitung GmbH e a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA) desenvolvem um projeto de abastecimento descentralizado de água potável no Brasil. Só em torno de 20 % das moradias rurais no Brasil estão ligadas ao sistema público de abastecimento de água.

Uma instalação nova da empresa alemã será de grande ajuda: sistemas de acondicionamento de água instaladas em contêineres produzem água potável de alta qualidade em locais descentralizados. Além disso, é realizado o treinamento de técnicos para auxiliar a COPASA na operação e manutenção das instalações. O projeto contribui para melhorar o abastecimento de água potável às pessoas em regiões rurais através de tecnologia adaptada para a respectiva situação.

parceiros quanto as empresas alemãs serão beneficiados com tal cooperação.

Metas para a cooperação com as novas potências da globalização nas áreas de desenvolvimento e sustentabilidade

As novas potências da globalização estão assumindo cada vez mais responsabilidade própria na concretização dos ODMs nos seus países e regiões. Queremos continuar apoiando-os nesse processo e, para tanto, também intensificaremos nossa cooperação internacional e nossa cooperação com organizações regionais.

Além disso, queremos convidar nossos parceiros a se aproximarem ou a se associarem às entidades já existentes que assumem responsabilidade na cooperação para o desenvolvimento, como o CAD-OCDE ou o grupo de Genebra dos maiores contribuintes da ONU. Na parceria de desenvolvimento de Busan (Parceria de Busan para uma Cooperação para o Desenvolvimento Eficaz) convencionada em dezembro de 2011, as novas potências da globalização reconheceram importantes princípios para aumentar a eficácia da cooperação para o desenvolvimento, que remetem em parte à Agenda para Ação de Acra, bem como características específicas da cooperação Sul-Sul. O Governo Federal quer incentivar as

novas potências da globalização a se engajarem ativamente na implementação da parceria de desenvolvimento e a mostrarem um maior compromisso com os princípios acordados. Isto inclui estruturas transparentes na cooperação para o desenvolvimento e o estabelecimento de princípios fundamentais de uma cooperação para o desenvolvimento eficaz, como o respeito de condições políticas gerais, o fortalecimento dos direitos humanos e do Estado de Direito e a proteção do clima.

Buscamos um diálogo intenso com as novas potências da globalização sobre responsabilidade global na área da política de desenvolvimento, p. ex., no âmbito do Banco Mundial, dos bancos regionais de desenvolvimento, do G20, da OCDE, das organizações da ONU e no contexto da UE. Estamos muito satisfeitos em ver que o processo de Heiligendamm levou ao estabelecimento de um grupo de trabalho permanente do G20 na área do desenvolvimento e que uma agenda de desenvolvimento do G20 foi aprovada na Cúpula de Seul.

No nosso entender, é prioritário criar sinergias e relações de complementaridade entre as abordagens da cooperação para o desenvolvimento e a realização da nossa meta comum de um desenvolvimento sustentável no mundo.*

Também consideramos que as **cooperações triangulares** estão se tornando um instrumento prometedora da cooperação entre países que atuam dentro e fora do CAD-OCDE. Com o intuito de aproveitar o processo subsequente à Cúpula de Avaliação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) de 2010, queremos cooperar com os nossos parceiros no grupo de trabalho do G20 sobre política do desenvolvimento, que está sendo formado. Junto com as novas potências da globalização, o Governo quer elaborar **um modelo subsequente aos ODMs**, que contemple tanto a **mudança climática** e a **proteção da biodiversidade e dos recursos naturais** quanto o **respeito, a proteção e a garantia dos direitos humanos, boa governança** e o **Estado de Direito**.

Na área da política climática e ambiental, nossa mensagem mais importante é que **todos os Estados serão beneficiados por regras globais que visem solucionar problemas climáticos e ambientais e problemas relacionados aos recursos**. A fim de contribuir com o diálogo com as novas potências da globalização, colocaremos à disposição, nas relações bilaterais e nas relações exteriores da UE, as

*Cf. "Strategy for Development Cooperation with Global Development Partners (2011-2015)" do Ministério Federal da Cooperação Econômica e do Desenvolvimento (BMZ).



Diálogo de Cartagena

O "Cartagena Dialogue for Progressive Action" foi criado em consequência da Cúpula do Clima de Copenhague, realizada no final de 2009. A meta do Diálogo é um desenvolvimento ambicionado do quadro multilateral da política climática internacional. As atividades dos países participantes do Diálogo de Cartagena contribuíram para o êxito das Cúpulas de Cancún e Durban. O nome Cartagena deve-se ao nome da cidade costeira da Colômbia onde foi realizado o primeiro encontro dos participantes do Diálogo, em março de 2010. A Alemanha é um membro ativo desse grupo. Outros integrantes são Reino Unido, Indonésia, Colômbia, México e a Comissão Europeia. As atividades do grupo são um bom exemplo de cooperação entre países insulares, em desenvolvimento e industrializados.

Cartagena, Colômbia

experiências da Alemanha com a política de sustentabilidade. Incluiremos questões relacionadas à economia verde nas pautas, por exemplo, no âmbito da ONU e do G20. Além disso, queremos incentivar a cooperação na área de **adaptação à mudança climática**.

III. Consultas do Governo Federal

O Governo Federal tem como meta **articular**, de maneira focalizada, as diferentes políticas setoriais numa **estratégia de globalização** abrangente e interdisciplinar **para a cooperação com as novas potências da globalização**.

A **apresentação coerente das propostas alemãs**, tendo como base **processos transparentes de consulta e instrumentos eficientes de coordenação**, é crucial para uma cooperação bem-sucedida com os nossos parceiros. Para tal fim, aproveitaremos e eventualmente adaptaremos a estrutura operacional existente do Governo Federal e dos diferentes Ministérios e Autoridades Federais. As nossas representações diplomáticas assumirão um papel importante na implementação da estratégia e serão responsáveis pela sua divulgação junto aos nossos parceiros. Na sua academia, o Ministério Federal das Relações Exteriores oferecerá, a todos os representantes do Governo Federal interessados, cursos de

treinamento sobre temas relacionados à cooperação com as novas potências e sobre tópicos gerais da globalização.

Os seguintes fóruns e instrumentos de consulta de coordenação contribuirão para a implementação da estratégia:

Grupos diretores interministeriais para estratégias bilaterais

Segundo a demanda, o Governo Federal criará **grupos diretores interministeriais para elaborar e atualizar nossas estratégias bilaterais específicas para a cooperação com as novas potências da globalização**. Tais grupos poderão ser convidados a participar das reuniões interdepartamentais sobre as relações bilaterais.

Cada grupo diretor responsável por um determinado país servirá de fórum para intercambiar informações e coordenar posições. Em geral, as reuniões serão realizadas no nível operacional, mas, eventualmente, também ad hoc no nível de diretores gerais ou altos representantes ministeriais. Serão presididas, em princípio, pelo Ministério Federal das Relações Exteriores. As atividades do grupo não afetarão as competências de cada ministério. Cada grupo diretor será integrado pela respectiva Embaixada alemã e, eventual-

mente, pelas representações permanentes da Alemanha em organizações multilaterais. Os grupos diretores têm função consultiva e podem definir certos tópicos como foco. Através das suas representações diplomáticas, o Governo Federal apresentará, no respectivo país anfitrião, cada estratégia bilateral elaborada conjuntamente. As prioridades da cooperação serão definidas juntamente com os nossos parceiros. As representações diplomáticas da Alemanha serão responsáveis por coordenar a implementação das estratégias nos respectivos países.

DILGIS, um sistema de informação baseado no diálogo

O Ministério Federal das Relações Exteriores pretende introduzir um sistema de informação baseado no diálogo, chamado DILGIS, para uso interno do Governo. No DILGIS serão inseridas e atualizadas as **informações resultantes das consultas e informações sobre as consultas do Governo Federal com as novas potências da globalização** nos diferentes formatos de diálogo e coordenação. Desta maneira, será mais fácil obter uma visão de conjunto dos instrumentos e medidas existentes e evitar repetições desnecessárias.

IV. Política de contatos com os nossos parceiros

A Alemanha quer **ampliar** suas **redes de alianças** e **contatos políticos** a fim de poder implementar, junto com os seus parceiros, os princípios, metas e parâmetros de atuação nas seis grandes áreas acima mencionadas. O Governo Federal forma suas redes de contatos destacando os laços entre os países, as regiões e as áreas temáticas e articulando-as entre si e com as atividades de implementação da estratégia “Moldar a globalização” aqui apresentada. Os instrumentos nacionais e europeus, sobretudo os da Política Externa e de Segurança Comum da UE (PESC), são coordenadas e articuladas de maneira coerente.

A Alemanha já possui um leque amplo e variado de formatos e instrumentos de diálogo e cooperação para interagir com os seus parceiros. Com base nas “boas práticas” já adquiridas, o Governo Federal **avaliará e continuará desenvolvendo** seus **instrumentos de cooperação** e os diferentes formatos. Tal tarefa ficará mais **fácil com a introdução do sistema DILGIS**. Intensificaremos diálogos bem-sucedidos já existentes e introduziremos novos formatos. Dentre as ofertas disponíveis, selecionaremos **formatos de diálogo e cooperação específicos para cada país** para uma

cooperação dinâmica com as novas potências da globalização. Assim poderemos nos adaptar melhor às necessidades e expectativas das novas potências da globalização e suas sociedades. O Governo Federal quer estimular formas de cooperação flexíveis, eficientes, focalizadas em metas e resultados. Definiremos as prioridades da cooperação juntamente com os nossos parceiros.

A **densa rede de representações diplomáticas** da Alemanha assume um papel fundamental para a cooperação. Elas oferecem ao Governo Federal contatos de confiança estabelecidos de longa data nos respectivos países e servem de interface para coordenar as atividades no país anfitrião. Isto permite que a Alemanha possa reagir rapidamente a desenvolvimentos atuais, receber informações de primeira mão e participar na elaboração de soluções.

Temos vários **formatos e instrumentos disponíveis para a nossa cooperação.**

Parcerias e diálogos setoriais ou temáticos

Os laços com os nossos parceiros destacam-se por uma rede densa de laços intensos. Construímos nossas cooperações bilaterais e multilaterais com os nossos parceiros através de parcerias setoriais e temáticas e diálogos setoriais. A China e a Alemanha, por exemplo, estão continuamente em contato através de mais de 30 formatos de diálogos, entre outros nas áreas de política de segurança, política econômica e ambiental, direitos humanos, Estado de Direito e agricultura. Tais diálogos setoriais são organizados pelas respectivas pastas, dependendo do assunto em questão, no nível operacional ou ministerial. Em casos individuais são estabelecidas parcerias estratégicas bilaterais que preveem, por exemplo, consultas intergovernamentais ou comissões binacionais no nível de chefes de estado e governo ou dos Ministros de Relações Exteriores. São elaborados planos de ação para facilitar a cooperação estreita em diferentes âmbitos da política, tornando, assim, a organização e os temas das parcerias estratégicas mais flexíveis. Visitas frequentes de membros do Governo e de parlamentares de ambos os países contribuem para um diálogo intenso. Se necessário, tais formatos para a cooperação com as novas potências da globalização podem ser ampliados.

Parcerias estratégicas da UE

A Alemanha poderá afrontar os principais desafios globais a serem negociados com as novas potências da globalização de maneira mais eficaz no âmbito na UE. Por tal motivo, as parcerias estratégicas da UE constituem um ponto de referência imprescindível para a elaboração de metas concretas e para sinergias com parcerias bilaterais.

As parcerias estratégicas também refletem a articulação de formatos de cooperação nacionais e europeus. Como também é o caso no nível nacional, as parcerias estratégicas servem de fórum para a elaboração de planos de ação para a cooperação em várias áreas políticas, sobretudo quando da preparação de cúpulas de alto nível.



Consultas intergovernamentais e comissões binacionais

O Governo Federal realiza consultas intergovernamentais com vários países, sob a presidência da Chanceler Federal e dos respectivos chefes de estado ou de governo. Além disso, o Governo Federal mantém o formato das comissões binacionais (CBN). Em 1996, por exemplo, foi criada uma CBN junto com a África do Sul. Já houve o sexto encontro em abril de 2010. As CBNs reúnem-se a cada dois anos sob a presidência dos Ministros de Relações Exteriores dos dois países envolvidos e são formadas por comissões técnicas com representantes de ambos os países.

Consultas intergovernamentais Alemanha-China: Primeiro-Ministro Wen Jiabao e Chanceler Federal Angela Merkel na mansão Meseberg, Alemanha

Fórum setorial

Existem vários fóruns setoriais com diferentes países e regiões, e também nos mais diversos formatos e áreas. Alguns exemplos são o Fórum de Energia Alemanha-Índia, os Fóruns Ambientais Alemanha-Coreia e Alemanha-China e o Fórum Econômico Alemanha-África do Sul, todos patrocinados pelo Governo Federal. Geralmente são formados por representantes de alto nível da política e parcialmente também da economia (associações), mídia, ciência e cultura. Permitem o intercâmbio informal e o estabelecimento de contatos, e prestam apoio consultivo à política. São realizados regularmente na Alemanha ou no respectivo país parceiro e complementam os diálogos e parcerias temáticas do Governo Federal.

Quadriálogo

O “quadriálogo” oferece uma plataforma de diálogo informal ou semi-oficial para representantes de alto nível da política (p. ex., secretários de Estado) e economia (p. ex., o presidente da Federação da Indústria Alemã) e permite a participação de usinas de ideias. O nome “quadriálogo” referia-se inicialmente aos quatro países Brasil, Índia, África do Sul e Alemanha (“GIBSA”). Tal quadriálogo já foi realizado cinco vezes (2007-2011) nesta constelação. O instrumento do quadriálogo tem como objetivo coordenar as posições dos países participantes e, com base nisso, elaborar iniciativas e posicionamentos políticos comuns. Formatos comparáveis também poderiam ser organizados com outras novas potências da globalização em nível de Governo ou também entre Câmaras de Comércio e Indústria nos/dos países participantes e em cooperação com empresas ou fundações políticas.

V. Panorama futuro

Cooperações internacionais baseadas em regras com a finalidade de enfrentar os desafios globais de maneira eficaz estão no interesse de todas as pessoas e todos os países. Junto com os nossos parceiros europeus e transatlânticos, queremos fazer face aos desafios globais em parceria com as novas potências da globalização. Nas nossas parcerias e cooperações internacionais queremos estimular a capacidade de moldar a globalização de maneira construtiva na base da responsabilidade conjunta. Somos parceiros nesse processo de construção da política global, compartilhando responsabilidades em questões

globais, de igual para igual, no nosso mundo globalizado, interdependente e multipolar.

Na presente estratégia, o Governo Federal apresenta sua proposta de diálogo e cooperação para uma parceria, tendo como meta uma política de globalização baseada em regras. Envidaremos esforços para convencer nossos parceiros do valor desta estratégia.

Tendo em vista a rápida transformação das relações internacionais, será necessário desenvolver a nossa estratégia de maneira contínua e flexível. O Governo Federal adaptará continuamente suas prioridades aos desafios atuais.



Chanceler Federal Angela Merkel e Primeiro-Ministro Manmohan Singh em Nova Delhi, Índia

3G/Grupo de Governança Global

O “3G/Grupo de Governança Global” é uma coalizão informal de Estados que não são membros do G20 e que tem como finalidade dialogar sobre questões relacionadas à governança global

Agenda para Ação de Acra

O terceiro fórum de alto nível sobre a eficácia da cooperação para o desenvolvimento foi realizado em Acra, Gana, em setembro de 2008. Segundo a Agenda para Ação resultante desse fórum, os fatores fundamentais para a eficácia da cooperação para o desenvolvimento são: direitos humanos, igualdade de gênero, proteção do meio ambiente e aspectos de boa governança.

AIE

A Agência Internacional de Energia é uma organização de países industrializados consumidores de energia. Foi fundada como entidade independente dentro da OCDE em 1974, depois da primeira crise do petróleo. Hoje em dia totaliza 28 membros.

ASEAN

A Associação de Nações do Sudeste Asiático (inglês: Association of Southeast Asian Nations) foi fundada em 1967 e totaliza dez estados-membros (Brunei, Camboja, Cingapura, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Myanmar, Tailândia, Vietnã; dados de maio de 2011). Além de ter como metas a competitividade, o desenvolvimento econômico equilibrado e a integração na economia mundial, a ASEAN pretende estabelecer, até 2015, uma comunidade econômica com um mercado comum de bens, serviços, capitais e trabalho.

ASEAN Regional Forum

O Fórum Regional da ASEAN (ARF) é a única conferência abrangente sobre segurança no nível de Ministros

de Relações Exteriores na região Ásia-Pacífico. Tal formato permite à Alemanha e à UE promover a paz e a estabilidade juntamente com países como China, Cingapura, Índia, Indonésia, Malásia, Vietnã e República da Coreia.

ASEF

A Fundação Ásia-Europa (inglês: Asia-Europe Foundation) é uma fundação cultural euro-asiática com sede em Cingapura. Desde 1997 tem realizado mais de 30 programas com mais de 450 projetos destinados a incentivar o diálogo no nível das sociedades civis. Os temas abrangem: meio ambiente e desenvolvimento sustentável, cultura, educação, cooperação acadêmica e direitos humanos.

ASEM

O Asia-Europe Meeting (ASEM) é o maior fórum para o diálogo euro-asiático. Os temas focalizam na crise financeira e econômica internacional, em questões climáticas e ambientais e na segurança alimentar.

ASF

Em 2010 a União Africana fundou uma tropa de paz chamada “African Standby Force” (Força de Reserva Africana) a fim de estabelecer e manter a paz.

Banco Mundial

É chamado de “Banco Mundial” o Grupo do Banco Mundial situado em Washington, D.C. (EUA). A função primária dessa instituição é fomentar o desenvolvimento econômico de países menos desenvolvidos através de ajudas financeiras, consultoria e ajuda técnica, contribuindo assim para a implementação das metas de desenvolvimento globais.

CABT

A “Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, da Produção e do Armazenamento de Armas

Bacteriológicas (Biológicas) ou Tóxicas e sobre a sua Destruição” (Convenção sobre Armas Biológicas e Tóxicas) entrou em vigor em 1975. Até o presente, 163 Estados aderiram à CABT, entre eles todos os estados-membros da UE e da OTAN. A adesão da Alemanha ocorreu em 1983.

CAD-OCDE

O Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento é um comitê especializado da OCDE com a meta de aumentar e melhorar a cooperação para o desenvolvimento entre seus membros.

CAQ

A Convenção sobre as Armas Químicas, que entrou em vigor em 1997, proíbe o desenvolvimento, a produção, a posse, a transferência e a utilização de armas químicas.

CFS

O Comitê de Segurança Alimentar Mundial (inglês: Committee on World Food Security) faz parte da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). Foi fundado em 1974 em resposta à crise de alimentos dos anos 1970 com a meta de assegurar um abastecimento alimentar global.

CIT

A Conferência Internacional do Trabalho é o órgão deliberativo supremo da OIT. Representantes dos governos dos estados-membros e de sindicatos patronais e trabalhistas integram a conferência anual.

Conselho de Direitos Humanos da ONU

O Conselho de Direitos Humanos da ONU, com sede em Genebra, é um órgão internacional da ONU. Fundado em 2006, o Conselho de Direitos Humanos tem um mandato abrangente para tratar da violação de direitos humanos nos diferentes países.

Conselho de Segurança da ONU

O Conselho de Segurança é um órgão das Nações Unidas com responsabilidade primária pela manutenção da paz mundial e da segurança internacional. É composto por cinco membros

permanentes (China, EUA, França, Reino Unido, Rússia) e dez membros não-permanentes rotativos. No biênio 2011/2012, a Alemanha integra o CS pela quinta vez, na condição de membro não-permanente.

Cooperação Sul-Sul

Tal termo designa a cooperação de países em desenvolvimento com a meta de fortalecer, através de uma atuação conjunta, o seu poder de negociação diante dos países industrializados (“Norte”).

Cooperações triangulares

Cooperações triangulares são projetos de cooperação que são planejados, financiados e implementados conjuntamente por três países. A meta é uma cooperação que beneficie o país em desenvolvimento dentre os três Estados parceiros.

CPI

A Corte Penal Internacional é uma pessoa jurídica de Direito Internacional independente, ratificada por 114 Estados, e uma organização internacional autônoma que complementa a jurisdição nacional na persecução de crimes de Direito Internacional.

CSBM

As primeiras medidas geradoras de confiança e segurança (inglês: Confidence and Security-Building Measures) foram registradas em 1975 na Ata Final da Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa (CSCE) em Helsinki. Tinha como meta diminuir o risco de conflitos armados. Hoje o chamado acervo das CSBM da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa é composto por uma série de documentos que representam dispositivos abrangentes para o intercâmbio obrigatório e verificável de informações militares.

DAAD

Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico (alemão: Deutscher Akademischer Austauschdienst).

Diálogo de Shangri-La

O Diálogo de Shangri-La é um fórum de diálogo da região Ásia-Pacífico realizado em Cingapura desde

2002 para abordar questões de defesa e segurança. Todos os anos acontece uma reunião informal dos ministros da defesa de países da Ásia, do Pacífico e da Europa, como p. ex. Alemanha, China, Cingapura, França, Índia, Indonésia, Malásia, Reino Unido, República da Coreia e Vietnã.

Direito à Alimentação

O direito à alimentação ou o direito a uma alimentação adequada é um direito humano ancorado no Direito Internacional e está inscrito no Artigo 11 do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Pacto Social da ONU).

Economia Verde

O conceito de Economia Verde é um elemento fundamental da política global de sustentabilidade. De acordo com o programa ambiental da ONU, a Economia Verde reconhece e explora as relações básicas existentes entre a economia, a sociedade e o meio ambiente.

FAO

A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (Inglês: Food and Agriculture Organization) foi fundada em 1945. Sua missão principal é assegurar o acesso de todas as pessoas a alimentos suficientes.

FIDA

O Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola é uma agência especializada das Nações Unidas cuja missão é combater a pobreza em áreas rurais.

FMI

Durante a Conferência monetária e financeira das Nações Unidas em 1944, foi decidido criar o Fundo Monetário Internacional. A missão do FMI é promover a cooperação internacional na área da política monetária.

Fórum Estratégico para a Cooperação Internacional em Ciência e Tecnologia

Em dezembro de 2008, o Conselho Europeu apoiou a proposta da Comissão da UE de estabelecer o

Fórum Estratégico para a Cooperação Internacional em Ciência e Tecnologia e fortalecer a parceria com outras regiões e Estados.

Fundação Alexander von Humboldt

A Fundação Alexander von Humboldt fomenta a cooperação científica entre pesquisadores estrangeiros e alemães reconhecidos pela sua excelência científica.

G8

O Grupo dos Oito (G8), fundado em 1975, é um fórum informal dos chefes de estado e de governo da Alemanha, do Canadá (desde 1976), dos Estados Unidos da América, da França, da Itália, do Japão, do Reino Unido e da Rússia (desde 1998). Além disso, a Comissão Europeia também participa de todos os encontros.

G8+5

O Grupo dos Oito mais Cinco (G8+5), fundado em 2005, é constituído pelos membros do G8 e outros cinco Estados: África do Sul, Brasil, Índia, México e República Popular da China. Tal fórum permite discutir sobre temas abrangentes e de relevância global, tal como a proteção do clima.

G20

O Grupo dos Vinte (G20) foi criado em 1999 como fórum de diálogo informal entre os ministros da fazenda e os presidentes dos bancos centrais. Desde 2008, os chefes de estado e de governo do G20 têm se encontrado regularmente. O G20 cumpre importante papel no combate à crise econômica e financeira internacional. Fora os membros do G8, são integrantes: África do Sul, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, China, Índia, Indonésia, México, República da Coreia, Turquia e a União Europeia.

GIBSA

Com base no processo de Heiligendamm (diálogo estruturado e temático do G8+5), em 2007 foi lançada a iniciativa GIBSA, que se reúne numa conferência

anual. GIBSA é o acrônimo dos nomes dos países Germany, India, Brazil e South Africa.

Global Compact

Hoje em dia, o “Global Compact” da ONU (fundada em 2000) é a rede mais abrangente e importante para a responsabilidade social corporativa no mundo. As empresas participantes se comprometem a implementar dez princípios nas áreas de direitos humanos, normas de trabalho, proteção ambiental e combate à corrupção.

Governança Global

O termo da Governança Global pretende descrever a interação de todos os mecanismos e formas da cooperação internacional na busca de soluções para problemas globais no mundo globalizado. No âmbito da Governança Global, os principais destinatários e atores de ações políticas (sobretudo de política exterior) não são somente os Estados nacionais e suas agremiações, mas também entidades sociais (p. ex. empresas, organizações não-governamentais, movimentos sociais etc.).

IEF

O Fórum Internacional de Energia (inglês: International Energy Forum) é o maior encontro regular de ministros da energia do mundo. Constitui uma plataforma para o diálogo global sobre questões de energia entre os países produtores e consumidores de energia e países de trânsito de energia.

IPEEC

A Parceria Internacional para a Cooperação no domínio da Eficiência Energética (inglês: International Partnership for Energy Efficiency Cooperation) foi criada em maio de 2009 durante o encontro dos ministros de energia do G8 e está atrelada à Agência Internacional de Energia (AIE). Sua sede fica em Paris. São membros os países do G8, a Comissão da UE, Austrália, Brasil, China, Índia, México e República da Coreia.

IRENA

A Agência Internacional de Energias Renováveis (IRENA) é uma organização internacional fundada em 2009 com sede em Abu Dhabi e Bonn. Conta hoje com 87 membros (dados de janeiro de 2012). IRENA tem como missão promover a introdução abrangente e crescente e o uso sustentável de todos os tipos de energias renováveis.

ITIE

A Iniciativa de Transparência nas Indústrias Extrativas luta, a nível mundial, por uma maior transparência dos fluxos financeiros relacionados às riquezas do solo, a fim de reduzir a corrupção em países ricos em matérias-primas. A iniciativa foi lançada na Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável em Johannesburgo (África do Sul) em 2002. O Governo Federal é membro do conselho fiscal global da ITIE e apoia a iniciativa em termos financeiros.

Liga Árabe

A Liga Árabe é uma união de 21 Estados árabes e a Palestina. Foi fundada em Cairo em 1945. Suas metas principais são o fortalecimento das relações entre os estados-membros e a coordenação e promoção dos seus interesses políticos, sociais, econômicos e culturais comuns.

MERCOSUL

O Mercado Comum do Sul é uma aliança de Estados sul-americanos fundada em 1991, que tem como meta a criação de um mercado comum. Os membros fundadores são a Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai.

OCDE

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico foi fundada em 1961 e é integrada por 34 Estados. A OCDE tem como missão coordenar e padronizar políticas econômicas nacionais e internacionais.

OCHA

O Escritório de Coordenação dos Assuntos Humanitários das Nações Unidas (inglês: UN Office for

the Coordination of Humanitarian Affairs) mobiliza e coordena operações de assistência e apoio dos estados-membros e das agências humanitárias das Nações Unidas em situações de crise humanitária.

ODMs

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas fixam oito metas de desenvolvimento para o ano de 2015:

1. Combate à pobreza e à fome extremas
2. Educação primária para todos
3. Igualdade de gênero / valorização da mulher
4. Redução da mortalidade infantil
5. Melhoria da saúde materna
6. Combate ao HIV/Aids, à malária e a outras doenças graves
7. Sustentabilidade ecológica
8. Estabelecimento de uma parceria mundial para o desenvolvimento

OIT

A Organização Internacional do Trabalho foi fundada em 1919. Os governos e os representantes de patronatos e sindicatos de 183 países integram esta agência especializada mais antiga das Nações Unidas.

OMC

A Organização Mundial do Comércio foi criada em 1995 depois da conclusão bem-sucedida da Rodada Uruguai. A missão da OMC é continuar desenvolvendo as condições gerais para um sistema de comércio multilateral baseado em regras.

OMS

A Organização Mundial da Saúde é a agência especializada das Nações Unidas mais importante na área da saúde. O cerne das atividades nos seus programas consiste em criar e desenvolver sistemas de saúde eficientes e apoiar o combate a doenças.

OSCE

A Organização para a Segurança e Cooperação na Europa foi criada em 1975 depois que a Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa (CSCE)

adotou a Ata Final de Helsinki. Totaliza 56 membros e é a única organização de segurança em que todos os países europeus, os países da antiga União Soviética, os EUA e o Canadá estão representados. Suas principais metas são: segurança indivisível, prevenção de conflitos e reconstrução após conflitos.

OTAN

Organização do Tratado do Atlântico Norte

Pacto Mundial para o Emprego

O Pacto Mundial para o Emprego da OIT foi adotado em junho de 2009 pela CIT. O pacto contém uma série de opções políticas para que os Estados possam superar os efeitos sociais e empregatícios da crise econômica e financeira.

PAM

O Programa Alimentar Mundial foi fundado em 1963 conjuntamente pela ONU e pela FAO. O foco das atividades está no abastecimento de alimentos a pessoas em situações de emergência específicas.

Parceria de desenvolvimento de Busan

Em novembro de 2011 foi realizado em Busan, na República da Coreia, o quarto fórum de alto nível sobre a eficácia da cooperação para o desenvolvimento. A Parceria de Busan para uma Cooperação para o Desenvolvimento Eficaz está baseada na Declaração de Paris (2005) e na Agenda para Ação de Acra (2008) e reforça princípios fundamentais de cooperação eficaz, tais como: responsabilidade própria, focalização nos resultados, transparência e obrigação de prestar contas.

PESC-UE

A Política Externa e de Segurança Comum foi introduzida em 1993, quando o Tratado de Maastricht sobre a União Europeia (UE) entrou em vigor.

PCSD-UE

A Política Comum de Segurança e Defesa fortalece as capacidades de atuação externa da União Europeia (UE) e é parte integrante da Política Externa e de Segurança Comum (PESC). Inclui tarefas humanitárias

e operações de salvamento, missões de manutenção da paz e missões de forças de combate para a gestão de crises, incluindo operações de restabelecimento da paz.

PIB

Produto Interno Bruto

SADC

O ato constitutivo da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (inglês: Southern African Development Community) foi assinado em 1992. A meta dessa agremiação de Estados é transformar-se numa comunidade de Estados com um mercado comum através de uma cooperação econômica e política intensa. 15 Estados integram a SADC.

SPG

O Sistema de Preferências Generalizadas é um instrumento da política comercial da UE e oferece aos países em desenvolvimento uma redução de direitos aduaneiros (“preferências tarifárias”) para produtos que entram no mercado europeu.

TNP

O Tratado de Não-Proliferação das Armas Nucleares é o tratado mais importante para a prevenção da proliferação de armas nucleares. Desde a entrada em vigor em 1970, quase todos os países do mundo aderiram (atualmente são 190 países).

TPTE

O Tratado de Proibição Total de Ensaios Nucleares tem como meta proibir testes nucleares mundialmente e impedir o desenvolvimento e a compra de armas nucleares por Estados não possuidores de armas nucleares.

Tratado de Lisboa

O Tratado de Lisboa que altera o Tratado da União Europeia e o Tratado que institui a Comunidade Europeia, entrou em vigor em 1 de dezembro de 2009 e confere à UE instituições modernas.

Suas principais metas consistem em fortalecer a democracia e aumentar a eficiência do trabalho

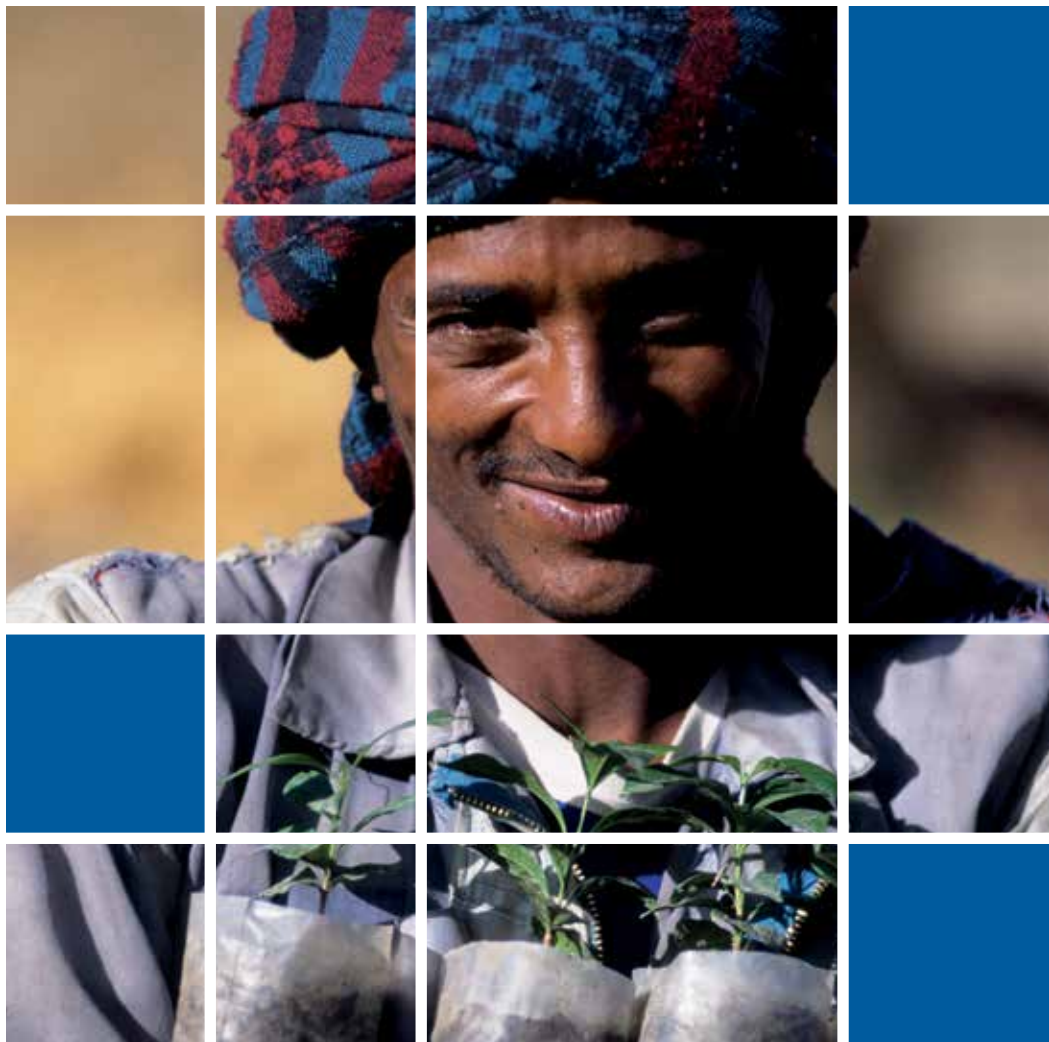
dos órgãos da UE, satisfazer as expectativas dos cidadãos da UE em termos de altos padrões na prestação de contas, abertura, transparência e participação, além de capacitar a UE a fazer face a desafios globais atuais, como a mudança climática, a segurança e o desenvolvimento sustentável.

UNASUL

A União de Nações Sul-Americanas é uma organização internacional integrada por doze Estados sul-americanos. Foi fundada em 2008 e tem como missão combater desigualdades, exclusão social, fome, pobreza e falta de segurança.

União Africana

A União Africana (UA) originou-se da Organização da Unidade Africana (OUA) em 2002 e atualmente totaliza 53 estados-membros. Seu mandato abrange todas as áreas da convivência política, econômica e social na África. Além disso, a UA também está autorizada a falar em nome da África no nível global e coordenar as atividades das organizações regionais africanas.



Créditos das imagens

Bildagentur Geduldig: **capa anterior**
Thomas Imo/Photothek: **capa anterior**
Rolf Schulten: **capa anterior**

Ministério Federal das Relações Exteriores: **capas anterior e posterior**

Governo Federal:

Jesco Denzel: **página 46**
Steffen Kugler: **página 60**

dpa:

Yonhap/Picture Alliance: **página 12**
Ulmer/Lukas Coch/Picture Alliance: **página 14**
Geng Haiyang/Picture Alliance: **página 18**
Photoshot/Picture Alliance: **página 40**
Soeren Stache/Picture Alliance: **página 44**
Annegret Hilse und Sven Simon/
Picture Alliance: **página 57**

Photothek:

Gero Breloer: **página 38**
Ute Grabowsky: **página 11**
Thomas Trutschel: **página 56**
Thomas Köhler: **páginas 7 e 10**

Still Pictures:

Sean Sprague: **página 20**
Adrian Arbib: **página 66**

A1PIX/Your Photo Today: **página 4**
blickwinkel/McPHOTOS: **página 48**
Colourbox: **página 53**
Prisma/F1online Bildagentur: **página 32**

Concepção e Realização

Organizado pelo

Ministério Federal das Relações Exteriores

Divisão Política de Desenvolvimento (401)

Divisão Relações Públicas (608)

Werderscher Markt 1, 10117 Berlin

Tel.: +49 30 5000-0

Fax: +49 30 5000-34 02

www.auswaertiges-amt.de

poststelle@auswaertiges-amt.de



Em colaboração com o:

Ministério Federal do Interior

Ministério Federal da Justiça

Ministério Federal da Fazenda

Ministério Federal da Economia e Tecnologia

Ministério Federal do Trabalho e dos Assuntos Sociais

Ministério Federal da Alimentação, Agricultura e Proteção dos Consumidores

Ministério Federal da Defesa

Ministério Federal da Família, Terceira Idade, Mulher e Juventude

Ministério Federal da Saúde

Ministério Federal dos Transportes, Construção e Desenvolvimento Urbano

Ministério Federal do Meio Ambiente, Proteção da Natureza e Segurança Nuclear

Ministério Federal da Educação e Pesquisa

Ministério Federal da Cooperação Econômica e do Desenvolvimento

Projeto gráfico

indi(go Kommunikationsdesign, Berlin)

© 2012

